



Anais da Assembléia

Nº 129

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 22 DE OUTUBRO DE 1981

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 120ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 1981

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Lázaro Dumont e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gemote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quíelse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

Mensagem nº 107/81

Curitiba, 20 de outubro de 1981.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova estrutura ao Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado.

A medida ora encaminhada a essa augusta Casa de Leis consubstancia o resultado de estudos conjuntos das Secretarias de Estado dos Recursos Humanos, das Finanças e do Planejamento, feitos em decorrência de proposta da Presidência do egrégio Tribunal de Justiça do Estado, através de expedientes que me foram encaminhados. Os referidos estudos, que foram acompanhados por técnicos do Tribunal de Justiça, procuraram não só compatibilizar a adoção da medida às previsões

orçamentárias para o próximo exercício financeiro, como, também, assemelhar as tabelas de vencimentos dos funcionários da Secretaria do referido Tribunal, com as dos demais Poderes do Estado, a terem vigência a partir de 1º de janeiro de 1982.

Por outro lado, vale mencionar que a sistemática adotada, distribuindo os cargos integrantes das várias carreiras em dezoito níveis de vencimentos, guarda muita semelhança a do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado, conforme a reestruturação procedida através da Lei n.º 7289, de 27 de dezembro de 1979.

Vale ainda ressaltar que os cargos isolados de provimento em comissão e as funções gratificadas integrantes do proposto Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, obedecem a mesma simbologia e, embora atendendo peculiaridades do referido quadro, a remuneração é pouco diferenciada da atribuída aos funcionários dos Poderes Executivo e Legislativo.

Tendo em vista os elevados interesses públicos, solicito, para apreciação da matéria contida no anexo Plano de Lei, a forma prevista pelo § 3º, do artigo 25 da Constituição Estadual.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA.

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º — O Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, composto de cargos de provimento efetivo e em comissão, fica estruturado na forma dos Anexos I, II, III e IV, que integram esta lei.

Art. 2º — A denominação, classificação, número, códigos, níveis e símbolos de vencimentos dos cargos passam a ser os constantes dos precitados Anexos, ficando os mesmos distribuídos de conformidade com as respectivas Tabelas.

Art. 3º — De acordo com a habilitação profissional, o Quadro de Pessoal é dividido em quatro (04) grupos ocupacionais:

- I - Grupo Ocupacional Superior, subdividido em duas (02) séries:
Série I — Direção e Assessoramento Superior - Anexo I, Tabela I;
Série II — Assessoramento Atividades Superiores - Anexo I, Tabela II;
- II - Grupo Ocupacional de Apoio Administrativo
Execução de Atividades Administrativas Diversas - Anexo II, Tabelas I e II.
- III - Grupo Ocupacional Técnico-Especializado - Execução de Atividades Técnico-Especializadas - Anexo III, Tabelas I e II.
- IV - Grupo Ocupacional de Manutenção e Ofícios - Execução de Atividades Profissionais Diversas - Anexo IV, Tabelas I e II.

Art. 4º — Os cargos previstos na Tabela II, do Anexo I, são privativos de portadores de diploma de Curso Superior correspondente à respectiva habilitação profissional exigível

para o exercício do cargo.

Parágrafo único. Os ocupantes dos cargos de que trata este artigo perceberão gratificação de produtividade correspondente à prevista na Tabela III, do Anexo VI.

Art. 5º — Os atuais cargos de Assistente Jurídico do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça ficam transformados, na forma prevista na Tabela II, do Anexo V, em cargos de Assessor Jurídico.

Art. 6º — Aos níveis iniciais das diversas carreiras previstas no Anexo I, Tabela II, terão acesso os funcionários estáveis do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, portadores de diploma dos cursos superiores pertinentes, após processo seletivo de caráter competitivo.

Parágrafo único — Abrir-se-á concurso público para provimento dos eventuais cargos remanescentes, somente após a classificação dos funcionários que preencham os requisitos deste artigo.

Art. 7º — Os cargos de Servente e respectivos ocupantes lotados nas Varas e Comarcas do Interior do Estado, passam a integrar o Quadro de Auxiliares da Justiça da respectiva Comarca, com a mesma denominação e símbolos de vencimentos previstos no inciso XIII do artigo 12, desta lei.

Art. 8º — Os atuais ocupantes de cargos de provimento efetivo, que possuírem grau de instrução equivalente ou superior ao 1º grau, poderão ser enquadrados em cargos vagos existentes na série de classes de Auxiliar Judiciário, ouvida a Comissão de Avaliação para Provimento Funcional.

Art. 9º — Os ocupantes dos cargos de último nível das séries de classes de Auxiliar Judiciário terão acesso aos cargos de nível inicial das séries de classes de Oficial Judiciário, observados os critérios legais.

Art. 10 — Os vencimentos dos cargos de provimento efetivo previstos nos respectivos Anexos e Tabelas desta lei, são os constantes do Anexo VI, Tabela I.

Parágrafo único — As funções gratificadas previstas na Tabela II, do Anexo VI, desta lei, serão instituídas por ato do Presidente, de acordo com a necessidade dos serviços da Secretaria do Tribunal de Justiça. (Leis nº 25/63 e 4739/63).

Art. 11 — Dos vinte e quatro (24) cargos de Assistente Social previstos na Tabela II, Série II, do Anexo I, quatro (04) terão lotação na Secretaria do Tribunal de Justiça; quatro (04) na Vara de Menores da Comarca da Capital; quatro (04) nas Varas de Família da Comarca da Capital, sendo um (01) em cada uma delas; e, os doze (12) restantes, um (01) em cada uma das Varas de Menores, Família, Registros Públicos, Acidentes de Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial das Comarcas de entrância intermediária de Apucarana, Campo Mourão, Cascavel, Cianorte, Guarapuava, Londrina, Maringá, Paranaguá, Paranaíba, Pato Branco, Ponta Grossa e Umuarama.

Art. 12 — Em decorrência dos novos símbolos de vencimentos implantados por esta lei, os vencimentos dos cargos de Escrivão do Crime, de Escrivão de Menores, de Escrivão das Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas da Capital, de Escrivão das Varas de Família da Capital, de Escrivão da Vara de Registros Públicos e Acidentes de Trabalho da Capital, de Escrivão das Varas de Delitos de Trânsito da Capital, de Escrivão da Vara do Tribunal do Júri da Capital, de Escrivão dos 1º e 2º Ofícios da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Capital, de Oficial de Justiça, de Porteiro de Auditório da Capital, de Auxiliar de Cartórios Criminais, de Comissário de Vigilância de Menores e de Servente lotadas nas Varas e Comarcas do interior do Estado, passam a ser cor-

respondentes aos seguintes códigos-níveis:

I - Escrivães do Crime:

- a) entrância final — PJ-TJ-101-4;
- b) entrância intermediária — PJ-TJ-103-5;
- c) entrância inicial — PJ-TJ-108-6.

II - Escrivães de Menores:

- a) entrância final — PJ-TJ-101-4;
- b) entrância intermediária — PJ-TJ-103-5;
- c) entrância inicial — PJ-TJ-103-6.

III - Escrivães das Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas — entrância final — PJ-TJ-201-12.

IV - Escrivães das Varas de Família: entrância final — PJ-TJ-200-10.

V - Escrivão da Vara de Registros Públicos e Acidentes do Trabalho — entrância final — PJ-TJ-200-10.

VI - Escrivães das Varas de Delitos de Trânsito — entrância final — PJ-TJ-101-4.

VII - Escrivão da Vara do Tribunal do Júri — entrância final PJ-TJ-101-4.

VIII - Escrivães da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios — entrância final — PJ-TJ-101-4;

IX - Oficiais de Justiça:

- a) entrância final — PJ-TJ-200-7;
- b) entrância intermediária — PJ-TJ-200-8;
- c) entrância inicial — PJ-TJ-200-9.

X - Porteiro de Auditório da Capital — PJ-TJ-200-7.

XI - Comissários de Vigilância de Menores:

- a) entrância final — PJ-TJ-200-8;
- b) entrância intermediária — PJ-TJ-200-8;

XII - Auxiliares de Cartórios Criminais:

- a) entrância final — PJ-TJ-200-9;
- b) entrância intermediária — PJ-TJ-200-10;
- c) entrância inicial — PJ-TJ-200-11.

XIII - Serventes:

- a) entrância intermediária — PJ-TJ-402-17;
- b) entrância inicial — PJ-TJ-402-18.

Parágrafo único. Os ocupantes dos cargos de Escrivão do Crime, Escrivão de Menores, Escrivão das Varas de Delitos de Trânsito, Escrivão da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios, Oficial de Justiça, Porteiro de Auditório da Capital, Auxiliar de Cartório Criminal e Comissário de Vigilância de Menores, farão jus à gratificação de 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento), calculada sobre o valor do nível do cargo, em face da natureza especial de suas funções no que tange ao risco de vida.

Art. 13 — Ao atual ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, com direitos assegurados no que tange a vencimentos, tendo em vista os novos símbolos de vencimentos implantados por esta lei, é assegurado o direito à percepção de vencimento correspondente ao código-nível PJ-TJ-100-1. (Leis nºs 5.765/68 e 5848/68).

Art. 14 — Os atuais cargos em comissão de Diretor Geral da Secretaria - DAS-2 e Vice-Diretor da Secretaria — DAS-3, passam a denominar-se Secretário do Tribunal de Justiça e Sub-Secretário do Tribunal de Justiça, permanecendo com os mesmos símbolos de vencimentos, assegurados aos seus atuais e anteriores ocupantes, os direitos previstos em lei, adquiridos pelo exercício dos sobreditos cargos.

Art. 15 — Os atuais cargos de provimento em comissão de Assistente de Informações 2-C e Assessor Técnico Financeiro 2-C, ficam extintos.

Art. 16 — Aos servidores que tenham exercido pelos períodos que estabelece o art. 140 do Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado, função de direção posteriormente transformada em cargo em comissão, fica assegurado o direito à aposentadoria com as vantagens do aludido cargo.

Art. 17. Os cargos constantes das Tabelas dos Anexos I, II, III e IV, que não existiam na estrutura anterior, ficam criados por esta lei, com as respectivas denominações, número e remunerações previstas nas referidas Tabelas.

Art. 18 — Os funcionários pertencentes ao Quadro de

Pessoal do Poder Judiciário que estiverem prestando serviços na Secretaria do Tribunal de Justiça, por período superior a três (03) anos, na data da publicação desta lei, poderão ser classificados em cargos criados, em níveis correspondentes aos dos cargos ocupados, desde que manifestem opção em trinta (30) dias.

Art. 19 — Aplicam-se aos funcionários do Poder Judiciário as disposições constantes do Art. 15 da Lei n.º 7424, de 17/12/80.

Parágrafo único. Os servidores inativos, aposentados ou postos em disponibilidade em cargos sem correspondência direta com os desta lei, terão os respectivos proventos ou vencimentos reajustados na forma deste artigo, considerando-se a situação de proporcionalidade de remuneração em que se encontravam por ocasião das respectivas inatividades.

Art. 20 — As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário.

Art. 21 — Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1982, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I
GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR
SÉRIE I
DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR
TABELA I
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

SIMBOLOGIA	DENOMINAÇÃO DE CARGOS	Nº DE CARGOS
DAS-2	Secretário do Tribunal de Justiça	1
DAS-3	Sub-Secretário do Tribunal de Justiça	1
DAS-4	Diretor do Departamento	5
DAS-4	Diretor de Gabinete do Presidente	1
DAS-5	Supervisor da Assessoria de Recursos	1
DAS-5	Supervisor da Assessoria de Planejamento	1
DAS-5	Secretário do Presidente	1
DAS-5	Chefe de Gabinete do Corregedor da Justiça	1
DAS-5	Secretário do Corregedor da Justiça	1
DAS-5	Chefe de Gabinete do Vice-Presidente	1
DAS-5	Assessor de Recursos	4
DAS-5	Chefe do Cerimonial	1
DAS-5	Chefe de Gabinete do Secretário do Tribunal de Justiça	1
DAS-5	Secretário Jurídico de Desembargador	23

ANEXO I
GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR
SÉRIE II
ASSESSORAMENTO E ATIVIDADES SUPERIORES
TABELA II
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
CÓDIGO PJ-TJ-100

CÓDIGO	NÍVEIS	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS-CLASSE	Nº DE CARGOS
PJ-TJ-100	1	Assessor Jurídico	30
PJ-TJ-100	2	Assessor Jurídico	40
PJ-TJ-100	3	Assessor Jurídico	45
PJ-TJ-101	4	Arquiteto	1
PJ-TJ-102	4	Engenheiro	1
PJ-TJ-103	4	Médico	2
PJ-TJ-103	5	Médico	2
PJ-TJ-104	4	Psicólogo	1
PJ-TJ-104	5	Psicólogo	2
PJ-TJ-105	4	Contador	2
PJ-TJ-105	5	Contador	2
PJ-TJ-106	4	Dentista	1
PJ-TJ-106	5	Dentista	2
PJ-TJ-107	4	Assistente Social	12
PJ-TJ-107	5	Assistente Social	12
PJ-TJ-108	5	Assistente de Administração	1
PJ-TJ-108	6	Assistente de Administração	2
PJ-TJ-109	5	Redator	2
PJ-TJ-109	6	Redator	3
PJ-TJ-110	5	Bibliotecário	1
PJ-TJ-110	6	Bibliotecário	1
PJ-TJ-111	5	Economista	1
PJ-TJ-111	5	Economista	2
PJ-TJ-112	5	Programador de Computador	2
PJ-TJ-112	6	Programador de Computador	3

ANEXO II
GRUPO OCUPACIONAL DE
APOIO ADMINISTRATIVO
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DIVERSAS
TABELA I
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

SIMBOLOGIA	DENOMINAÇÃO DE CARGOS	Nº DE CARGOS
1-C	Assessor Judiciário do Presidente	1
1-C	Assessor Patrimonial do Presidente	1
1-C	Assessor Econômico e Financeiro do Presidente	1
1-C	Assessor Jurídico Administrativo do Presidente	1
1-C	Assessor Especial do Presidente	1
1-C	Assessor de Informações	1
1-C	Assessor Jurídico Administrativo do Corregedor	1
1-C	Assessor Correicional	2
1-C	Coordenador da Assessoria do Secretário do Tribunal de Justiça	1
1-C	Assessor Judiciário do Vice-Presidente	1
2-C	Assessor da Diretoria de Departamento	5
2-C	Oficial de Gabinete do Presidente	2
2-C	Oficial de Gabinete do Vice-Presidente	2
2-C	Oficial de Gabinete do Corregedor	2
3-C	Oficial de Gabinete do Secretário do Tribunal de Justiça	1
3-C	Oficial de Gabinete do Sub-Secretário do Tribunal de Justiça	1
3-C	Supervisor de Transporte e Manutenção	1
5-C	Auxiliar de Gabinete do Presidente	4
5-C	Auxiliar de Gabinete do Vice-Presidente	1
5-C	Auxiliar de Gabinete do Corregedor	4

ANEXO II (continuação)
TABELA II
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
CÓDIGO PJ-TJ-200

CÓDIGO	NÍVEIS	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS-CLASSES	Nº DE CARGOS
PJ-TJ-200	6	Oficial Judiciário	35
PJ-TJ-200	7	Oficial Judiciário	37
PJ-TJ-200	8	Oficial Judiciário	40
PJ-TJ-200	9	Oficial Judiciário	45
PJ-TJ-200	10	Oficial Judiciário	48
PJ-TJ-201	11	Auxiliar Judiciário	14
PJ-TJ-201	12	Auxiliar Judiciário	16
PJ-TJ-201	13	Auxiliar Judiciário	18
PJ-TJ-201	14	Auxiliar Judiciário	20
PJ-TJ-201	15	Auxiliar Judiciário	22

ANEXO III
GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO ESPECIALIZADO
ATIVIDADES TÉCNICAS ESPECIALIZADAS

TABELA I
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

SIMBOLOGIA	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	Nº DE CARGOS
3-C	Eletrotécnico	1
6-C	Mecanógrafo	2

TABELA II
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
CÓDIGO PJ-TJ-300

CÓDIGO	NÍVEIS	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS-CLASSES	Nº DE CARGOS
PJ-TJ-300	8	Operador de Computador	2
PJ-TJ-300	9	Operador de Computador	2
PJ-TJ-301	8	Desenhista	2
PJ-TJ-301	9	Desenhista	2
PJ-TJ-302	8	Enfermeiro	1
PJ-TJ-302	9	Enfermeiro	1
PJ-TJ-302	10	Enfermeiro	2

ANEXO IV
GRUPO OCUPACIONAL DE MANUTENÇÃO E OFÍCIOS

ATIVIDADES DIVERSAS

TABELA I

CARGO DE PROVENTO EM COMISSÃO

SIMBOLOGIA	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	Nº DE CARGOS
4-C	Zelador	1

TABELA II

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

CÓDIGO PJ-TJ-400

CÓDIGO	NÍVEIS	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS-CLASSES	Nº DE CARGOS
PJ-TJ-400	12	Mecânico	3
PJ-TJ-400	13	Mecânico	3
PJ-TJ-401	11	Agente de Serviço Externo	14
PJ-TJ-401	12	Agente de Serviço Externo	17
PJ-TJ-402	17	Agente de Conservação	72
PJ-TJ-402	18	Agente de Conservação	73
PJ-TJ-403	16	Copeiro	5
PJ-TJ-403	17	Copeiro	6
PJ-TJ-404	16	Telefonista	5
PJ-TJ-404	17	Telefonista	7
PJ-TJ-405	17	Ascensorista	9
PJ-TJ-405	18	Ascensorista	9

ANEXO V
ENQUADRAMENTO
TABELA I
(CARGOS PREVISTOS NA TABELA I – SÉRIE I – ANEXO I)

ESTRUTURA ANTERIOR			NOVA ESTRUTURA		
SIMBOLOGIA	DENOMINAÇÃO DE CARGOS	Nº DE CARGOS	SIMBOLOGIA	DENOMINAÇÃO DE CARGOS	Nº DE CARGOS
DAS-2	Diretor Geral da Secretaria	1	DAS-2	Secretário do Tribunal de Justiça	1
DAS-3	Vice-Diretor da Secretaria	1	DAS-3	Sub-Secretário do Tribunal de Justiça	1
DAS-4	Diretor de Departamento	5	DAS-4	Diretor de Departamento	5
—	—	—	DAS-5	Supervisor da Assessoria de Planejamento	1
—	—	—	DAS-5	Supervisor da Assessoria de Recursos	1
DAS-5	Chefe de Gabinete da Presidência	1	DAS-4	Diretor de Gabinete do Presidente	1
DAS-5	Secretário da Presidência	1	DAS-5	Secretário do Presidente	1
DAS-5	Chefe do Gabinete da C.J.	1	DAS-5	Chefe do Gabinete do Corregedor da J.	1
DAS-5	Secretário da C.J.	1	DAS-5	Secretário do Corregedor da Justiça	1
—	—	—	DAS-5	Chefe de Gabinete do Vice-Presidente	1
DAS-5	Assessor de Recursos	1	DAS-5	Assessor de Recursos	4
—	—	—	DAS-5	Chefe do Cerimonial	1
—	—	—	DAS-5	Chefe de Gabinete do Secretário do Tribunal da Justiça	1
—	—	—	DAS-5	Secretário Jurídico de Desembargador	23

ANEXO V (continuação)
ENQUADRAMENTO
TABELA II

(CARGOS PREVISTOS NA TABELA II - SÉRIE II - ANEXO I)

ESTRUTURA ANTERIOR			NOVA ESTRUTURA			
NÍVEIS	DENOMINAÇÃO DE CARGOS	Nº DE CARGOS	CÓDIGO	NÍVEIS	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS-CLASSES	Nº DE CARGOS
PJ-TJ-3	Assistente Jurídico	25	PJ-TJ-100	1	Assessor Jurídico	30
PJ-TJ-2	Assistente Jurídico	30	PJ-TJ-100	2	Assessor Jurídico	40
PJ-TJ-1	Assistente Jurídico	35	PJ-TJ-100	3	Assessor Jurídico	45
PJ-28	Arquiteto	1	PJ-TJ-101	4	Arquiteto	1
PJ-28	Engenheiro	1	PJ-TJ-102	4	Engenheiro	1
PJ-30	Médico	1	PJ-TJ-103	4	Médico	2
PJ-29	Médico	1				
PJ-28	Médico	2	PJ-TJ-103	5	Médico	2
PJ-30	Psicólogo	1	PJ-TJ-104	4	Psicólogo	1
PJ-29	Psicólogo	1	PJ-TJ-104	5	Psicólogo	2
PJ-28	Psicólogo	1				
PJ-29	Contador	1	PJ-TJ-105	4	Contador	2
PJ-28	Contador	1				
-	-	-				
PJ-28	Dentista	1	PJ-TJ-105	5	Contador	2
PJ-27	Dentista	1	PJ-TJ-106	4	Dentista	1
PJ-26	Dentista	1	PJ-TJ-106	5	Dentista	2
PJ-28	Assistente Social	3	PJ-TJ-107	4	Assistente Social	12
PJ-27	Assistente Social	4				
PJ-26	Assistente Social	5				
-	-	-				
-	-	-	PJ-TJ-107	5	Assistente Social	12
-	-	-	PJ-TJ-108	5	Assistente de Administração	1
PJ-28	Redator	1	PJ-TJ-108	6	Assistente de Administração	2
PJ-27	Redator	1	PJ-TJ-109	5	Redator	2
PJ-26	Redator	1				
PJ-25	Redator	1	PJ-TJ-109	6	Redator	3
PJ-24	Redator	1				
PJ-26	Bibliotecário	1				
-	-	-	PJ-TJ-110	5	Bibliotecário	1
-	-	-	PJ-TJ-110	6	Bibliotecário	1
-	-	-	PJ-TJ-111	5	Economista	1
-	-	-	PJ-TJ-111	6	Economista	2
PJ-27	Programador de Computador	2	PJ-TJ-112	5	Programador de Computador	2
PJ-26	Programador de Computador	1	PJ-TJ-112	6	Programador de Computador	3

ANEXO V
ENQUADRAMENTO
TABELA III

(CARGOS PREVISTOS NA TABELA I – ANEXO II)

ESTRUTURA ANTERIOR			NOVA ESTRUTURA		
SIMBOLOGIA	DENOMINAÇÃO DE CARGOS	Nº DE CARGOS	SIMBOLOGIA	DENOMINAÇÃO DE CARGOS	Nº DE CARGOS
-	-	-	1-C	Assessor Judiciário	1
-	-	-	1-C	Assessor Jurídico-Administrativo do Presidente	1
2-C	Assessor Técnico-Financeiro	1	1-C	Assessor Econômico-Financeiro do Presidente	1
-	-	-	1-C	Assessor Patrimonial do Presidente	1
-	-	-	1-C	Assessor Especial do Presidente	1
2-C	Assistente de Informações	1	1-C	Assessor de Informações	1
-	-	-	1-C	Assessor Jurídico-Administrativo do Corregedor	1
-	-	-	1-C	Assessor Correicional	1
-	-	-	1-C	Coordenador da Assessoria do Secretário do Tribunal de J.	2
-	-	-	1-C	Assessor Judiciário do Vice-Presidente	1
-	-	-	2-C	Assessor de Diretoria de Departamento	1
3-C	Oficial de Gabinete da Presidência	2	2-C	Oficial de Gabinete da Presidência	5
3-C	Oficial de Gabinete da 1ª e 2ª Vice-Presidência	2			2
2-C	Oficial de Gabinete do Corregedor	2	2-C	Oficial de Gabinete da Vice-Presidência	2
-	-	-	2-C	Oficial de Gabinete do Corregedor da Justiça	2
-	-	-	3-C	Oficial de Gabinete do Secretário do Tribunal de Justiça	1
-	-	-	3-C	Oficial de Gabinete do Sub-Secretário do Tribunal de J.	1
-	-	-	3-C	Supervisor de Transportes e Manutenção	1
-	-	-	5-C	Auxiliar de Gabinete do Presidente	4
-	-	-	5-C	Auxiliar de Gabinete do Vice-Presidente	1
-	-	-	5-C	Auxiliar de Gabinete do Corregedor da Justiça	4

ANEXO V (continuação)
ENQUADRAMENTO
TABELA IV

(CARGOS PREVISTOS NA TABELA II – ANEXO II)

ESTRUTURA ANTERIOR			ESTRUTURA NOVA			
NÍVEIS	DENOMINAÇÃO DE CARGOS	Nº DE CARGOS	CÓDIGO	NÍVEIS	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	Nº DE CARGOS
PJ-27	Assessor Administrativo	31	PJ-TJ-200	6	Oficial Judiciário	35
PJ-26	Assessor Administrativo	24	PJ-TJ-200	7	Oficial Judiciário	37
PJ-25	Assessor Administrativo	25	PJ-TJ-200	8	Oficial Judiciário	40
PJ-24	Assessor Administrativo	24	PJ-TJ-200	9	Oficial Judiciário	45
PJ-23	Assessor Administrativo	30	PJ-TJ-200	10	Oficial Judiciário	48
PJ-22	Assessor Administrativo	29				
PJ-22	Assessor Técnico	3				
PJ-22	Auxiliar Jurídico	3				
PJ-21	Assessor Técnico	4	PJ-TJ-201	11	Auxiliar Judiciário	14
PJ-21	Auxiliar Jurídico	3				
PJ-21	Auxiliar Administrativo	4				
PJ-20	Assessor Técnico	3				
PJ-20	Assessor Técnico	2	PJ-TJ-201	12	Auxiliar Judiciário	16
PJ-20	Auxiliar Jurídico	3				
PJ-20	Auxiliar Administrativo	2				
PJ-19	Assessor Técnico	2				
PJ-19	Auxiliar Jurídico	3				
PJ-19	Auxiliar Administrativo	2				
PJ-18	Assessor Técnico	2				
PJ-18	Auxiliar Jurídico	5	PJ-TJ-201	13	Auxiliar Judiciário	18
PJ-18	Auxiliar Técnico	2				
PJ-18	Auxiliar Administrativo	2				
PJ-18	Datilógrafo	2				
PJ-18	Auxiliar de Assistência	2				
PJ-17	Auxiliar Administrativo	2				
PJ-17	Auxiliar Técnico	2				
PJ-17	Auxiliar de Assistência	1				
PJ-17	Auxiliar de Assistência	1	PJ-TJ-201	14	Auxiliar Judiciário	20
PJ-17	Datilógrafo	2				
PJ-16	Auxiliar Administrativo	2				
PJ-16	Auxiliar Técnico	2				
PJ-16	Datilógrafo	2				
PJ-16	Auxiliar de Assistência	2				
PJ-15	Auxiliar Administrativo	2				
PJ-15	Auxiliar Técnico	1				
PJ-15	Datilógrafo	6				
PJ-15	Datilógrafo	4	PJ-TJ-201	15	Auxiliar Judiciário	22
PJ-15	Auxiliar de Assistência	2				
PJ-14	Auxiliar Administrativo	2				
PJ-13	Auxiliar Administrativo	2				
PJ-12	Auxiliar Administrativo	2				
PJ-11	Auxiliar Administrativo	2				
PJ-10	Auxiliar Administrativo	2				

ANEXO V (continuação)

ENQUADRAMENTO

TABELA V

(CARGOS PREVISTOS NA TABELA I – ANEXO III)

ESTRUTURA ANTERIOR			NOVA ESTRUTURA		
SIMBOLOGIA	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	Nº DE CARGOS	SIMBOLOGIA	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	Nº DE CARGOS
3-C	Eletrotécnico	1	3-C	Eletrotécnico	1
—	—	—	6-C	Mecanógrafo	2

TABELA VI

(CARGOS PREVISTOS NA TABELA II – ANEXO III)

ESTRUTURA ANTERIOR			NOVA ESTRUTURA			
NÍVEIS	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	Nº DE CARGOS	CÓDIGO	NÍVEIS	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	Nº DE CARGOS
PJ-25	Operador de Computador	1	PJ-TJ-300	8	Operador de Computador	2
PJ-24	Operador de Computador	1	PJ-TJ-300	9	Operador de Computador	2
PJ-23	Operador de Computador	1	PJ-TJ-301	8	Desenhista	1
PJ-20	Desenhista	1	PJ-TJ-301	9	Desenhista	2
PJ-18	Enfermeiro	1	PJ-TJ-302	8	Enfermeiro	1
PJ-17	Enfermeiro	1	PJ-TJ-302	9	Enfermeiro	1
PJ-15	Enfermeiro	1	PJ-TJ-302	10	Enfermeiro	2
PJ-16	Enfermeiro	1				

ANEXO V (continuação)

ENQUADRAMENTO

TABELA VII

(CARGOS PREVISTOS NA TABELA I – ANEXO IV)

ESTRUTURA ANTERIOR			NOVA ESTRUTURA		
SIMBOLOGIA	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	Nº DE CARGOS	SIMBOLOGIA	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	Nº DE CARGOS
5-C	Zelador	1	4-C	Zelador,	1

ANEXO V (continuação)

TABELA VIII

(CARGOS PREVISTOS NA TABELA II — ANEXO IV)

ESTRUTURA ANTERIOR			ESTRUTURA NOVA			
NÍVEIS	DENOMINAÇÃO DO CARGO	Nº DE CARGOS	CÓDIGO	NÍVEIS	DENOMINAÇÃO DO CARGO	Nº DE CARGOS
PJ-18	Mecânico	1	PJ-TJ-400	12	Mecânico	3
PJ-17	Mecânico	2	PJ-TJ-400	13	Mecânico	3
PJ-16	Mecânico	1				
PJ-15	Mecânico	1				
PJ-20	Motorista	7	PJ-TJ-401	11	Agente de Serviço Externo	14
PJ-19	Motorista	4	PJ-TJ-401	12	Agente de Serviço Externo	17
PJ-18	Motorista	4				
PJ-17	Motorista	2				
PJ-17	Motorista	4				
PJ-16	Motorista	10				
PJ-15	Auxiliar de Conservação	2	PJ-TJ-402	17	Agente de Conservação	72
PJ-14	Servente	44	PJ-TJ-402	18	Agente de Conservação	73
PJ-14	Auxiliar de Conservação	2				
PJ-13	Auxiliar de Conservação	1				
PJ-13	Servente	26				
PJ-12	Servente	46				
PJ-12	Auxiliar de Conservação	1				
PJ-11	Auxiliar de Conservação	1				
PJ-11	Servente	43				
PJ-10	Servente	26				
PJ-9	Servente	26				
PJ-8	Servente	78				
PJ-14	Copeiro	1				
PJ-13	Copeiro	1				
PJ-12	Copeiro	1				
PJ-11	Copeiro	1	PJ-TJ-403	16	Copeiro	5
PJ-10	Copeiro	1				
PJ-9	Copeiro	1				
PJ-8	Copeiro	1				
			PJ-TJ-403	17	Copeiro	6
PJ-14	Telefonista	2				
PJ-13	Telefonista	2	PJ-TJ-404	16	Telefonista	5
PJ-12	Telefonista	1				
PJ-11	Telefonista	1				
PJ-10	Telefonista	1				
			PJ-TJ-404	17	Telefonista	7
PJ-8	Ascensorista	1				
PJ-7	Ascensorista	1				
PJ-6	Ascensorista	1				
PJ-5	Ascensorista	1				
PJ-4	Ascensorista	1				
PJ-3	Ascensorista	1				
PJ-2	Ascensorista	1				
PJ-1	Ascensorista	1	PJ-TJ-405	18	Ascensorista	9

ANEXO VI

TABELA I

VENCIMENTOS
DOS
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

NÍVEL	VALOR
1	Cr\$ 99.347,00
2	Cr\$ 91.021,00
3	Cr\$ 83.374,00
4	Cr\$ 73.402,00
5	Cr\$ 67.260,00
6	Cr\$ 61.623,00
7	Cr\$ 56.296,00
8	Cr\$ 51.751,00
9	Cr\$ 47.421,00
10	Cr\$ 43.453,00
11	Cr\$ 39.817,00
12	Cr\$ 37.296,00
13	Cr\$ 33.433,00
14	Cr\$ 30.636,00
15	Cr\$ 28.072,00
16	Cr\$ 25.723,00
17	Cr\$ 23.572,00
18	Cr\$ 21.600,00

TABELA II
FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLOS	FUNÇÕES E CARGOS
1-F	Chefe de Divisão
2-F	Assessor Jurídico, Secretário de Comissão, Secretário de Grupo de Câmaras, Secretário de Câmara e Chefe de Seção
3-F	Mecânico, Agente de Serviço Externo e Chefe de Serviço
4-F	Oficial Judiciário e Auxiliar Judiciário de Gabinete, Chefe de Setor e Oficial de Justiça do Tribunal
5-F	Auxiliar Judiciário de Câmara
6-F	Embalador de Materiais

ANEXO VI (continuação)

TABELA III

GRATIFICAÇÃO DE PRODUTIVIDADE

CARGOS	VALORES
Assessor Jurídico	Cr\$ 21.526,00
Arquiteto	Cr\$ 21.526,00
Engenheiro	Cr\$ 21.526,00
Médico	Cr\$ 21.526,00
Psicólogo	Cr\$ 20.091,00
Contador	Cr\$ 20.091,00
Economista	Cr\$ 20.091,00
Dentista	Cr\$ 20.091,00
Assistente de Administração	Cr\$ 20.091,00
Assistente Social	Cr\$ 20.091,00
Redator	Cr\$ 18.653,00
Bibliotecário	Cr\$ 18.653,00
Enfermeiro	Cr\$ 18.653,00

— Ao Departamento Legislativo.

EMENDAS:

EMENDA À CONSTITUIÇÃO

O Parágrafo único do Art. 74 da Constituição do Estado do Paraná, passa a ter a seguinte redação:

- “Art. 74
I -
II -
III -

Parágrafo único. No caso do item III o prazo é reduzido:

- a) a trinta anos para as mulheres;
b) a trinta anos, para o professor, e a vinte e cinco anos, para a Professora, que nesse tempo tenham exercido efetivamente funções próprias do magistério.

O inciso I, do Art. 75 da Constituição do Estado do Paraná, será acrescido da letra c:

- “Art. 75
a)
b)
c) contar trinta anos, se professor, e vinte e cinco anos, se professora, observado o que dispõe a letra b do Parágrafo único do artigo anterior.

JUSTIFICATIVA:

A aprovação pelo Congresso Nacional da emenda constitucional que assegura aposentadoria ao professor aos trinta e à professora aos vinte e cinco anos de efetivo exercício em funções do magistério, com vencimentos integrais, exige a adaptação da Constituição do Estado do Paraná ao novo preceito da Lei Maior. É o que fazemos, para permitir a mais rápida aplicação dos justos benefícios legais à classe dos professores, merecedora das nossas homenagens pelo relevante papel que desempenha na Sociedade paranaense.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1981.

(a) AIRTON CORDEIRO.

Apoiamento:

Fuad Nacli, Túlio Zanchet, Aguinaldo Pereira Lima, Gabriel Sampaio, David Cheriegate, Palácios, Antônio Cotrim, Wilson Fortes, Lázaro Dumont, João Mansur, Francisco Escorsin, Werner Wanderer, Erondy Silvério, José Domingos Teixeira, Ezequias Losso, Gabriel Manoel, Pinto Dias, Renato Bueno, Nelson Buffara, Tércio Albuquerque e Antônio Facci.

**PROPOSIÇÃO DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO DO
ESTADO DO PARANÁ**

A Constituição do Estado do Paraná fica acrescida de mais um artigo, com a seguinte redação:

“Art. 158 — É assegurado aos deficientes a melhoria de sua condição social econômica especialmente mediante:

- I - educação especial e gratuita;
II - assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social;
III - proibição de discriminação, inclusive quanto à admissão ao trabalho ou ao serviço público e a salários;
IV - possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos”.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1981.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

Apoiamento:

David Cheriegate, Palácios, Nelson Buffara, Pinto Dias, Aguinaldo Pereira Lima, Lázaro Dumont, Werner Wanderer, Airton Cordeiro, Túlio Zanchet, Antônio Cotrim, Tércio Albuquerque, Gilberto Carvalho, Quielse Crisóstomo, Gabriel Manoel, Ezequias Losso, Renato Bueno, Erondy Silvério, Wilson Fortes, Francisco Escorsin, Antônio Facci e Fuad Nacli.

JUSTIFICATIVA:

A Emenda n.º 12 à Constituição Federal promulgada em 17 de outubro de 1978, procurou assegurar aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica.

Nada mais justo, portanto, que neste Ano Internacional do Deficiente Físico, assim instituído pela ONU, o texto de nossa Constituição Estadual seja adaptado à Carta Magna Federal, a fim de que idênticas garantias sejam asseguradas àqueles que necessitam da proteção do Governo.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Angelina Cruzara Belom.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Ângela Cruzara Belom, ocorrido dia 18 pp, na Cidade de Campo Largo.

REQUER ainda, aprovado o presente, se dê ciência à família enlutada na pessoa do Sr. Estanislau Wenski, residente na Rua Osvaldo Cruz n.º 1655, naquele município.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1981.

(a) CARLOS ZANLORENZI.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER um VOTO DE CONGRATULAÇÕES ao Secretário Fernando Fontana pelo êxito da I Feira Estadual do Artesanato, realizado no Parque Castelo Branco durante o corrente mês.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um VOTO DE CONGRATULAÇÕES ao Secretário Fernando Fontana, pelo êxito da I Feira Estadual do Artesanato, realizada no Parque Castelo Branco durante o corrente mês.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1981.

(a) TÚLIO ZANCHET.

JUSTIFICATIVA:

A I Feira Estadual de Artesanato, realizada de 10 a 18 do corrente no Parque Castelo Branco, reuniu mais de 800 artesãos de Curitiba, Foz do Iguaçu, Castro e Litoral paranaense e foi responsável pela venda de mais de 1300 peças num valor superior a um milhão e quinhentos mil cruzeiros.

A iniciativa, por si só, estimulando a mão de obra e a criatividade de nossos artesãos, representando um apoio efetivo da Secretaria da Indústria e do Comércio e a este importante segmento econômico, justificaria este voto de congratulações.

Ademais, deve ser salientado que esta iniciativa não é isolada.

Além da participação estadual na III Feira Nacional de Artesanato a realizar-se no Rio de Janeiro, em dezembro próximo, nossa Secretaria da Indústria e Comércio já tem programado, para o próximo ano, presença em nada menos que 9 feiras, sendo 7 regionais, 1 estadual e 1 nacional.

O amparo ao estímulo ao artesanato paranaense, é mérito incontestável da Secretaria da Indústria e Comércio e justifica, repetimos, este voto de congratulações ao Secretário Fernando Fontana.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER voto de congratulações ao Secretário Reinhold Stephanes pelo êxito da XII Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados e II Exposição Internacional de Suínos, realizadas neste mês no Parque Castelo Branco.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consagração na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de congratulações ao Secretário Reinhold Stephanes pelo êxito da XII Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados e II Exposição Internacional de Suínos, realizadas neste mês no Parque Castelo Branco.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1981.

(a) TÚLIO ZANCHET.

JUSTIFICATIVA:

Um número aproximado de duzentas mil pessoas como visitantes, mais de 2.300 animais e aves expostos e um volume de negócios superior a trinta milhões de cruzeiros são suficientes para demonstrar o êxito da XII Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados e II Exposição Internacional de Suínos, realizada neste mês no Parque Castelo Branco, sob o auspício da Secretaria da Agricultura de nosso Estado.

É inquestionável a importância da participação de Associações de Criadores e a realização de inúmeras palestras de caráter técnico no aperfeiçoamento das técnicas mais modernas de criação.

O evento levado a cabo na semana passada no Parque Castelo Branco, realça a pujança da economia paranaense no cenário nacional e justifica, por si só, este nosso voto de congratulações à Secretaria da Agricultura, na pessoa de seu titular Dr. Renhold Stephanes.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER voto de congratulações ao Capitão José Perez, Vice-Diretor do DETRAN.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de congratulações ao Capitão José Perez, Vice-Diretor do DETRAN, pela maneira com que vem conduzindo no desempenho de seu cargo, digno dos mais altos incômnios, em prol da coletividade paranaense.

Tais atitudes devem ser enaltecidas, a fim de que sejam estimuladas e sirvam de exemplos àqueles que estão à frente dos

órgãos públicos.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à Secretaria da Segurança Pública e à Direção do Departamento Estadual de Trânsito.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1981.

(a) GABRIEL MANOEL.

Apoiamento:

Gilberto Carvalho, Aguinaldo Pereira, Wilson Fortes, Palácios, Werner Wanderer, Erondy Silvério, Basílio Zanusso, Quielse Crisóstomo e Ezequias Losso.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER envio de expediente ao Secretário da Segurança Pública, Coronel Haroldo Ferreira Dias.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Secretário da Segurança Pública, Haroldo Ferreira Dias, solicitando a realização de uma grande operação policial no Município de Maringá, visando reduzir os elevados índices de criminalidade que lá vem se verificando.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1981.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

JUSTIFICATIVA:

Principalmente nos últimos meses, a insegurança na população de Maringá aumentou, em função do registro de um volume cada vez maior de crimes, em toda a região, das mais diversas espécies.

A cada dia que passa cresce naquela cidade o número de veículos furtados, os homicídios, os assaltos e as agressões, num processo que leva o cidadão maringaense ao medo e à insegurança.

Acreditamos que uma operação nesse sentido poderia solucionar o problema.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER à Mesa, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança Pública e Diretor da Polícia Civil do Estado do Paraná, solicitando o imediato afastamento do Delegado de Polícia da Cidade de Jandaia do Sul.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER à Mesa, após ouvido o duto Plenário da Casa, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança Pública, Coronel HAROLDO FERREIRA DIAS e ao Diretor da Polícia Civil do Estado do Paraná, Doutor LUIZ CHEMIM GUIMARÃES, solicitando o imediato afastamento do Delegado de Polícia de Jandaia do Sul, face aos inúmeros assaltos que estão ocorrendo naquela cidade, sem que haja um esclarecimento do titular da Delegacia de Polícia, à população deste município.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1981.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI.

JUSTIFICATIVA:

Nossa manifestação de desgosto ao Delegado de Polí-

cia de Jandaia do Sul, vem de encontro com os anseios da população da referida cidade, devido aos crescentes índices de roubos de veículos, arrombamento de casas, e estabelecimentos comerciais, assaltos e fugas de presos da Delegacia de Polícia local, colocando em pane os habitantes da cidade por não contar com um perfeito serviço de polícia, o que vem provar a inoperância do titular desta Delegacia de Polícia.

Por isso que estamos solicitando o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança Pública e Diretor da Polícia Civil do Estado do Paraná, para que providências enérgicas sejam tomadas como o afastamento do Delegado, por se encontrar em uma situação insustentável perante a opinião pública, que gritam apreensivos, que a "CIDADE SIMPÁTICA" - de JANDAIA DO SUL está se tomando uma "NOVA CHICAGO" lembrando os famosos tempos de gangsters e mafiosos nessa importante cidade dos Estados Unidos.

Cuja população encontra-se alarmada e apreensiva, fazendo chegar a este parlamentar angustiantes apelos que transmitimos às autoridades competentes.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER o envio do presente pedido de informações, ao Excelentíssimo Senhor Diretor-Presidente da PARANATUR - Empresa Paranaense de Turismo.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça encaminhar o presente PEDIDO DE INFORMAÇÕES, ao Excelentíssimo Sr. Diretor-Presidente da PARANATUR-Empresa Paranaense de Turismo, com as seguintes indagações:

1. Quais as causas que determinaram a paralização das obras do Parque Turístico do Capivara, no Município de Primeiro de Maio?
2. A PARANATUR recebeu todas as parcelas de que trata o contrato de Abertura de Crédito com Garantia de Fiança, firmado em 15 de fevereiro de 1979, com o Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A.?
3. Em caso positivo, todos esses recursos já foram aplicados na obra?
4. Qual a data prevista para que a obra continue a ser executada?

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1981.

(a) DÁCIO LEONEL.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER o envio de ofício ao Secretário da Segurança Pública, Presidente do INCRA e do ITC, no sentido de apurar as denúncias de arbitrariedades policiais cometidas contra colonos na localidade de Bragantina, Município de Assis Chateaubriand.

Sr. Presidente.

O Deputado subscritor, no uso de suas atribuições legais e atendidas as exigências regimentais, vem requerer urgentes providências no sentido de apurar denúncias de arbitrariedades contra colonos do Distrito de Bragantina, em Assis Chateaubriand, que teriam sido vítimas da truculência policial-militar para desocupação de área que habitam e trabalham de 12 a

a 17 anos.

Requer o envio de ofício ao Sr. Secretário da Segurança Pública, Coronel Haroldo de Oliveira, e ao Diretor da Polícia Civil, INCRA e ITC para verificação da situação fundiária da área, documentação legal, e respaldo à intervenção policial-militar.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH.

JUSTIFICATIVA:

Entendemos que além de não se poder admitir a violência policial em nenhuma hipótese, que tais colonos encontram-se devidamente documentados para assegurar a posse de sua terra, sem necessitar enfrentar a força.

Tal tipo de denúncia tem se tornado comum, envolvendo colonizadoras contra pessoas honestas e ordeiras, conhecidas e filiadas a cooperativas agrícolas e cadastradas no Banco do Brasil.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER o envio de ofício à Superintendência de Recursos Hídricos e do Meio Ambiente, pedindo providências imediatas quanto às denúncias encaminhadas sobre atividade de empresa poluidora infratora da legislação vigente sobre a questão.

Sr. Presidente.

O Deputado subscritor, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício à Superintendência de Recursos Hídricos e de Meio Ambiente - SURHEMA, pedindo providências imediatas que possam sanar os prejuízos causados à população pela atividade poluidora da empresa Giocomet-Marodim - Indústria de Madeiras S.A., conforme denúncias pela população atingida.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH.

JUSTIFICATIVA:

A população do bairro Alto Cajuru, de Curitiba, enviou ao Prefeito Municipal de Curitiba, e a outras autoridades governamentais, uma denúncia embasada em provas evidentes das infrações das empresas GIOCOMET - Marodim, Indústria de Madeira S.A. que, naquele bairro, tem atividade poluidora que coloca em risco constante a saúde dos moradores.

Nesta denúncia estão juntadas cópias de várias matérias divulgadas pela imprensa local e que reportam sobre o grave problema.

A denúncia se torna mais grave quando se observa que a empresa poluidora funciona em área residencial, que segundo a lei de zoneamento em vigência na Capital, não lhe permite pela atual administração municipal que, claramente desacatou, entre outras, a Lei 5234, do município, em vigor desde 10 de dezembro de 1975.

Quando a Prefeitura Municipal de Curitiba, talvez inadvertidamente, contribui para que empresas como esta prejudiquem toda a população da comunidade onde se instalou, é importante que este Poder Legislativo tome iniciativas para que se restabeleçam os direitos dessa comunidade.

E para isso foi criada a SUHREMA, que deve ser acionada para resolver esta grave situação.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 124/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

SÚMULA:

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cascavel a área de terras que especifica.

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Cascavel o imóvel constituído de parte do lote de terra rural número (um) da Gleba Cascavel, chácara do Patrimônio Cascavel da Colônia situada no Município e Comarca de Cascavel neste Estado, contendo a área remanescente de 224.477,00 m² (duzentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e setenta e sete metros quadrados), aproximadamente, e sem benfeitorias, transcrito no Registro Geral de Imóveis da Circunscrição sob o nº 24742 e com matrícula imobiliária nº 1523.

Art. 2.º — A Prefeitura Municipal de Cascavel promoverá a regularização dos ocupantes dos lotes do imóvel ora doado e, anteriormente denominado "Loteamento Curitiba", consoante levantamento físico procedido em 13 de dezembro de 1978 pela Coordenadoria do Patrimônio do Estado da Secretaria da Administração.

Art. 3.º — O saldo restante da área fica reservado à utilidade pública.

Art. 4.º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1981.

(a) DAVID CHERIEGATE.

JUSTIFICATIVA:

1. O antigo loteamento, denominado "Loteamento Curitiba", se encontrava devidamente registrado no Livro 8 de Inscrição de Loteamentos, sob o n.º 34, cuja área integra, hoje, o perímetro urbano de Cascavel.

Os proprietários do aludido loteamento, a partir do ano de 1966, passaram a alienar parcelas ou lotes, através de Escrituras Públicas, Contratos de Compromissos, Contratos Particulares, ou mesmo, dando autorização expressa ou tácita de ocupação de lotes.

De consequência, os adquirentes compradores, compromissários compradores, ou mesmo, ocupantes dos lotes, erigiram edificações, algumas até de elevado vulto.

2. Como a área em apreço integra o perímetro urbano, visto que o plano do "Loteamento Curitiba", fora devidamente aprovado pela Prefeitura Municipal de Cascavel, a municipalidade passou a dotar quase toda a área dos equipamentos urbanos, como asfaltamento das ruas, rede de água e esgoto.

3. Ocorreu, porém, que por força do Decreto n.º 65551, de 21 de outubro de 1969, publicado no Diário Oficial da União n.º 9181, o Governo Federal confiscou toda a área do antigo "Loteamento Curitiba", então com 1.596.200 m², dividido em 1352 lotes urbanos, 65 chácaras agrícolas e reservas para utilidades públicas.

O ato confiscatório, além de restaurar a situação jurídica anterior do imóvel, quanto ao domínio, determinou expressamente que o mesmo fosse incorporado ao Patrimônio Florestal do Estado do Paraná.

Outrossim, o ato revolucionário acima referido,

declarou expressamente nulo, de pleno direito, todas as alienações de terras da área em causa. Retornado o pleno domínio do Estado, de todo o imóvel, foi parte dele, ou seja, a área de 1.264.329,00 m² doado à União Federal para instalações militares, hoje, ocupado pela 15a. Brigada de Infantaria Mororizada.

De outro modo, o Estado do Paraná, serve-se da área de 107.394 m², onde estão edificadas o Colégio Estadual Wilson Joffre, o Colégio Washington Luiz, o aquartelamento do 6.º Batalhão da Polícia Militar e a Delegacia de Polícia Pública, CIRETRAN e outras instalações policiais, resultando, assim uma área remanescente de 224.477,00m².

5. Face ao decreto confiscatório retro referido e do cancelamento da transcrição anterior, os adquirentes ou ocupantes de boa fé do extinto "Loteamento Curitiba", ficaram em situação anômala, destituídos de qualquer título dominial e impossibilitados de normalizarem suas posses, a maioria com suas casas residenciais.
6. Preconizando uma solução legal, o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração em 1978, mandou proceder a um levantamento físico de toda a área com o cadastramento dos ocupantes e das respectivas benfeitorias, assim como, dos títulos ou documentos autorizatórios da ocupação dos lotes, cujo levantamento ilustra a presente justificativa. Docs. anexos.
7. Objetivando a regularização daqueles ocupantes e, assim, dando atendimento à aspiração social e jurídica dos mesmos, é que se propõe o projeto de lei em causa, transferindo a área remanescente ao domínio do Município de Cascavel, através de doação do Estado do Paraná, para que aquela municipalidade titule os referidos ocupantes dos lotes que exerciam a posse dos mesmos em 1978, segundo o levantamento físico realizado pelo Estado, eliminando-se, assim, qualquer laivo de favoritismo.
8. Propõe, ainda, o presente projeto, resguardar o interesse público, reservando, exclusivamente, para fins de utilidade pública, o saldo da área, uma vez atendidos os ocupantes acima referidos.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares, inscrito.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Resolvemos ocupar a tribuna nesta tarde para trazer ao conhecimento da Casa alguns acontecimentos que vêm ocorrendo na Cidade de Londrina, que se constitui num reflexo de um todo que de resto vem ocorrendo em todo o Estado do Paraná.

O problema, mais uma vez, Sr. Presidente, é relacionado com a segurança pública de nosso Estado.

Todos nós sabemos que a violência e a criminalidade a cada dia que passa, aumenta assustadoramente.

Todos nós sabemos que as causas e os efeitos dessa escalada são os mais variados possíveis.

Sabemos, também, que esse modelo econômico implantado no País nos últimos anos tem sido, sem dúvida, um dos

grandes responsáveis por essa escalada criminal que assola o nosso País.

Nós temos falado muito a respeito deste problema nesta Casa.

Fomos, inclusive, no ano passado, depor na CPI, que investiga as causas e efeitos da violência urbana no País, através do Senado Federal.

Portanto, os reflexos, os efeitos, as causas da violência urbana no País, são os mais variados.

Mas é inegável, é indiscutível, que o modelo econômico implantado neste País, ao longo desses últimos anos, tem sido, sem dúvida, a grande causa geradora da violência e da criminalidade.

Mas, nós temos uma realidade, nós temos casos concretos e que caso as nossas autoridades ligadas ao setor de segurança, entendessem por bem, fiscalizassem mais os atos de seus subordinados, exigir desses o melhor cumprimento de seus deveres, essa escalada poderia por certo ser amenizada.

Nós como homens públicos que estamos diariamente e constantemente com o povo, temos toda a oportunidade de sentir neste povo, mais especificamente, na Cidade de Londrina, o desespero por que ele passa, através da insegurança que ele vive hoje.

É difícil hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, numa roda de três pessoas, que não tenha duas que não tenham sido vítimas da violência.

E que quando procuram a polícia, sofrem decepções.

Em Londrina está virando moda, novamente, os assaltos aos motoristas de táxi.

E isto, Sr. Presidente, afóra o problema do modelo econômico, é culpa da própria polícia.

Nós denunciemos a não muito tempo as omissões, fatos de corrupções, a inoperância do então Delegado Natel Gomes de Oliveira, à frente da 11a. Divisão, e para o seu lugar foi mandado o Dr. Durval Teixeira.

Parece-me que piorou com a ida deste bacharel, para aquela cidade. Os números de assaltos aos motoristas de táxi em Londrina, são assustadores; os números de furtos e arrombamentos são estarrecedores e não temos assistido, com toda a honestidade, nenhuma providência eficiente por parte da atual administração da Polícia Civil daquela cidade.

Parece realmente que o povo não tem a quem apelar, o povo está inseguro, está com medo, e nós temos aqui, e é por isso que estamos aqui, de cobrar das autoridades providências enérgicas e urgentes para que Londrina possa respirar um clima de segurança e tranquilidade.

É por essa razão, Sr. Presidente, que nós queremos, nesta oportunidade, formular mais um apelo ao Sr. Secretário da Segurança Pública e ao Sr. Diretor da Polícia Civil, no sentido de dar a Londrina um pouco mais de segurança.

O povo paga os seus impostos e tem o direito de exigir do Estado uma contra prestação desses impostos.

Segurança, hoje, é prioridade, um povo que não tem condições de segurança para trabalhar, é um caos de uma sociedade.

É como Vossa Excelência, Sr. Presidente, Vossas Excelências Srs. Deputados, podem analisar um homem, chefe de família, motorista de táxi, que faz dessa profissão o único meio de sua sustentação de sua família, se não tem segurança para exercer sua profissão.

Nestes dias, um cidadão, motorista há muitos anos, de Londrina, me narrava que, pela quarta vez fora assaltado. E da última levaram seu Opala 81, movido a álcool, que comprara

com muito sacrifício e a polícia nada tinha feito para redimir, pelo menos, em parte, esse seu prejuízo.

Então, para concluir, Sr. Presidente, estamos aqui para exigir do Sr. Secretário da Segurança Pública enérgicas providências junto ao Delegado de Londrina, para que ele também não venha, amanhã, ser alvo das críticas que estamos começando a elaborar para criticá-lo, se for o caso a exigir, do Sr. Secretário da Segurança, providências a esse respeito.

Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilton Friedrich, inscrito.

O SR. NILTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando o Governador Ney Braga foi eleito, há muitos anos, conseguiu, até certo ponto, o seu intento, com várias bandeiras muito assentidas pela população paranaense.

Entre elas, talvez a principal, era a de libertar os campos paranaenses da sanha de jagunços, a serviço das grandes empresas que especulavam e negociavam a terra.

E mais, o Governador prometia que a polícia paranaense não voltaria ser instrumento dos mesmos interesses e não faria jamais o papel de jagunço.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos há quase 20 anos dessas promessas, algumas realizadas.

Mas, nesse período, muita coisa mudou no País e no Estado.

O Sr. General Ney Braga voltou ao cargo de Governador.

Mas, uma coisa parece que ainda tem que se mudar. No campo do Paraná há ainda a violência contra aqueles que trabalham e produzem.

Jagunços armados continuam a fazer o medo, a destruir, a violentar.

E, às vezes, a polícia paranaense continua a servir a esses interesses.

No Município de Assis Chateaubriand temos mais um exemplo claro: numa área de 62 alqueires, vivem em torno de 16 famílias, que produzem o trigo, a soja e uma série de variedades de produtos, desenvolvendo culturas e subsistência.

Alguns estão nessas terras, somando seus direitos possesórios, há mais de 15 anos.

São os lavradores típicos deste Estado do Paraná que tanto se orgulha de ser um dos Estados que mais produz em agricultura.

Homens que desbravaram a mata, plantaram, semearam com o seu suor. E, muitas vezes, com o sangue de amigos, vizinhos e até familiares.

E, hoje, são vítimas da violência, do esbulho, respaldado, muitas vezes, pela polícia.

E a Colonizadora Norte do Paraná, de triste passagem na vida deste Estado, reivindica a posse dessas terras e utiliza os seus méritos habituais.

No dia 16 de setembro, as terras de Rubens de Castro Souza, Eronides Capoi e Geraldo Pacheco Barbosa que, inclusive, estão neste momento, nesta Casa, foram invadidas por tratores que destruíram plantações, ocuparam as terras e iniciaram o plantio de milho para a Colonizadora.

E quem respaldou essa ação? Um grupo, no entendimento deles de jagunços que, armados, tomaram as providências. Os jagunços, em nome da Companhia, não estavam sós.

Tinham, ao seu lado, acompanhando ao menos a operação

policiais, alguns — segundo depoimento destes moradores — armados até de metralhadoras e um policial à paisana. E, nas cercanias, jagunços e policiais, na espreita, formando um só corpo.

Desde então, Sr. Presidente, essa área no Distrito de Bragantina, em Assis Chateaubriand, transformou-se em um inferno para essas famílias. Ameaças, arbitrariedades, violências são cometidas.

Ontem, houve distribuição de casas, e ainda foram dados prazos para que as famílias se retirassem.

É neste instante gostaríamos de perguntar: a serviço de quem está a polícia quando procura vasculhar à procura de armas e faz ameaças a esses moradores? Estaria, por acaso, a serviço da ordem social da segurança do povo ou a serviço de uma companhia colonizadora que especula com a terra segundo os seus interesses, às vezes mais duvidosos?

Nessas alturas, cabe-nos cobrar inclusive do atual Governador, que, as suas promessas de há mais de vinte anos, muitas delas não foram cumpridas nesse campo, e se valiam para campanha eleitoral quando disputava o voto direto e, como esta não lhe foi mais necessária, será que desapareceram esses compromissos?

Somos pois tentados a acreditar que o Governador, Sr. Presidente, não sabe o que se passa, não sabe que às vezes até a polícia vem sendo utilizada desta forma, sabemos, não apenas em Assis Chateaubriand, mas em outros lugares.

E assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que nós entendemos que estas ações cometidas contra agricultores que ocupam uma área de menos de 70 alqueires, trabalhadores que são do Distrito de Assis Chateaubriand, há que se dar um “basta” e impedir que, a incúria e o desmando das autoridades, possam continuar.

Tantas vezes foram avisadas, providências foram solicitadas, como temos uma queixa que foi encaminhada aqui, na Divisão de Interior da Polícia Civil.

Concluo, Sr. Presidente, rogando portanto que se tomem as providências necessárias, e que, inclusive, se devolva a dignidade à Polícia Militar, e que não se coloque contra o povo, em favor de interesses deste ou daquele grupo econômico, que, no caso, pode ser a Colonizadora Norte do Paraná, ou outra.

Devemos saber e sentir que nossa posição deve ser a mais séria num caso deste. Se a polícia está investindo contra pequenos proprietários, gente honesta que nem aval necessitam quando vão buscar financiamento na Cooperativa Agrícola do Oeste, da qual são associados e que, portanto, na verdade, devem se orgulhar dessas suas qualidades e que, no entanto, estão distantes desse quadro.

Esperamos providências, Sr. Presidente. Os cidadãos que citamos e outros, estão até sob ameaça de morte, e se algo ocorrer a eles ou às suas famílias, a principal responsável será a polícia, via de consequência o Governo, que mais uma vez fica, se continuar deste jeito, contra o povo e em favor de interesses sociais bem menores, e encaminhamos neste instante um requerimento à Casa pedindo que a Segurança Pública do Estado, que o INCRA e o ITC possam tomar medidas ao menos imediatas, para diminuir esta questão e fazer que, ao menos, a atividade e a vida familiar desses trabalhadores não seja atingida enquanto a Justiça não se definir quanto ao caso.

Obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (José Domingos) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado José Domingos Scarpellini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Congresso Nacional recebeu, ontem, uma Mensagem do Poder Executivo, que vai diminuir de 10 para cinco anos, o

prazo do usucapião para o pequeno posseiro que trabalha a terra, para o pequeno posseiro que nela habita.

É evidente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que terras que estão em litígio, agora — como é o caso relatado neste momento pelo eminente Líder do PMDB, uma área litigiosa em Assis Chateaubriand, a Companhia de Terras imediatamente invade, reprime, queima casas e, sorrateiramente, pratica ou ameaça o despejo dos posseiros, para que eles não possam realmente ir buscar, na Justiça, o direito de domínio sobre a área que detém a posse.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o caso fundiário no Paraná e no Brasil é muito sério, e eu gostaria de fazer registrar neste momento, uma denúncia muito grave que vem ocorrendo com duas áreas de terras do Município de Ortigueira, uma conhecida como “Fazenda Cunha” e a outra, como “Fazenda Três Pousos”.

A primeira, à margem do Rio do Peixe, uma das terras mais férteis do Paraná, abriga hoje mais de 200 famílias de posseiros que estão trabalhando a terra há mais de vinte anos e os detentores do domínio, recentemente, cercaram o perímetro e começaram a jogar gado, a queimar ranchos e matar posseiros.

É necessário, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o ITC o INCRA e o Secretário de Segurança, tomem as medidas necessárias para por um fim a isso.

A outra área, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pertencente à Sociedade Agrícola Leopoldo Ltda., desde 1935, e recentemente foi vendida a um grupo de londrinos que não faz respeitar também o direito daqueles posseiros que estão trabalhando a terra, num total de aproximadamente 150 famílias.

Esses detentores do domínio, que vivem queimando ranchos, matando posseiros, com a cobertura inclusive da polícia de Faxinal e de Ortigueira, precisam ser levados às barras dos tribunais para responder pelos crimes que estão praticando, mas no entanto, até agora nenhuma ação foi movida pela Polícia das áreas em litígio.

Muito pelo contrário, a Polícia tem dado uma cobertura ostensiva a esses abusos, a essas agressões e a essa prática criminosa de se rever uma propriedade.

Portanto, registramos aqui a nossa denúncia ao INCRA, ao ITC e ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Segurança Pública, que tem sido mais candidato a Deputado do que homem da área propriamente dita.

Fica portanto, consignado este registro, esta denúncia, para as providências dos órgãos responsáveis.

Era só, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queríamos, neste momento, trazer ao conhecimento da Casa, ao conhecimento do Paraná, sobre os homens que trabalham neste Governo incorporando esta legião de paranaenses voltados exclusivamente pelo bem-estar de nossa pátria, nossa terra e nossa gente.

Queria destacar na data de hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em meu nome particular e com a vênua do Deputado Erondy Silvério, um moço que está trabalhando, um moço sensível ao momento político, sensível às necessidades políticas, dentro da honradez, do critério. Está na Subdireção do DETRAN, e é o Capitão Peres. O homem que atende indistintamente a todos, principalmente a classe política.

Queríamos neste instante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como viemos aqui a demonstrar a corrupção que havia no DETRAN, render nossas homenagens a esse moço que lá está trabalhando honradamente, procurando desempenhar as

funções, fazendo a sua obrigação. Porque quando se atende o público, quando se atende o político, não se faz mais que obrigação, Sr. Presidente.

Este moço, quero trazer de público, está sendo veladamente ameaçado pelo seu Diretor. E seria uma barbaridade, Sr. Presidente, seria uma afronta ao Poder Legislativo, quando um homem que procura desburocratizar, que procura atender ao político, procura atender dentro da essência, da pureza, sem suborno, ser muitas vezes chamado à atenção pelo seu superior.

E é neste instante, que faço um apelo às bancadas da Assembléia Legislativa e principalmente à minha bancada, que se faça uma advertência a Sua Excelência o Sr. Diretor do Trânsito; porque, quando temos um homem que atende honradamente, que não procure ameaçá-lo, porque assim, ele está denegrindo o próprio Governo do Estado, o próprio Poder Legislativo.

Quando chegamos a conversar com o Diretor do Trânsito, ele fala que política não devia se meter no trânsito nem na saúde.

Refutamos que a política sadia, a política honesta e a política honrada, venha de onde vier, Sr. Presidente, da situação ou da oposição, o Poder Legislativo há de ser respeitado. Haveremos de tirar os corruptos, e haveremos de defender com galhardia os homens que trabalham pelo Paraná.

Não vamos temer ameaças dos tecnocratas, de homens que só sabem ficar no ar refrigerado e nos gabinetes acarpetados.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se o Coronel Diretor de Trânsito mexer com o Sub-Diretor, ele há de ter nosso repúdio. Haveremos de novamente aqui vir e pedir uma censura para seus atos.

Disse esse Coronel, na frente de meu funcionário, que o Sub-Diretor deveria procurar não atender aos políticos, deveria retardar os pedidos políticos.

É uma advertência, Sr. Presidente, que estou fazendo, ressaltando aquele homem que temos lá, que se chama Capitão Peres. E desafiando o Diretor do Trânsito, que faça um cotejo e veja que o Poder político há de vencer no Paraná.

É uma vergonha mandarmos um funcionário, e um papel que pode sair num dia, e ele amarra e fica uma semana.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa informa ao nobre orador que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. GABRIEL MANOEL — Concluirei, Sr. Presidente.

O poderoso Coronel Osvaldo, o senhor todo-poderoso, há de saber que ainda restam homens de estima no Paraná. E eu conto com o apoio do Poder Legislativo.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O assunto que me traz à tribuna na tarde de hoje, representa muito mais que a frustração de um povo, o descaso de uma administração.

Refiro-me ao Parque Turístico de Capivara. E ele é não apenas o sonho da população de Primeiro de Maio, mas na verdade tem um alcance muito mais amplo, pois viria a beneficiar uma grande região. Depois de diversos estudos e levantamentos de viabilidade da obra, no dia 12 de maio de 1978, o Prefeito Municipal de Primeiro de Maio sancionava a Lei 13/78, que autorizava a aquisição de uma área de terras com 152571 metros quadrados, para que fosse a mesma transferida à Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR,

por doação, com a finalidade expressa de abrigar o Terminal Turístico de Capivara.

Pois bem. No dia 04 de agosto de 1978, a doação foi levada à Registro, tendo como doadora a Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio e como donatária a Empresa Paranaense de Turismo — PARANATUR, cuja escritura pública de doação foi lavrada no livro 74-N, fls. 543, do Tabelião de Primeiro de Maio, isto em 01 de agosto de 1978.

O importante é que a referida doação foi feita em condições, condições essas constantes da escritura pública e que são as seguintes:

“A donatária se obriga e se compromete a implantar, diretamente ou através de concessão, na área que ora recebe em doação, o seguinte equipamento mínimo: pátio para estacionamento, área de camping, piscina, sistema viário interno, lanchonete, restaurante, sanitário, vestiário, trapiche, tudo conforme projeto a ser aprovado pelo Poder Executivo e cujas obras serão iniciadas dentro de trinta dias, contados da data da transcrição do referido imóvel aqui doado”.

Tanto é que a PARANATUR firmou um contrato de Abertura de Crédito com Garantia de Fiança, com o Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A, com crédito atendido com recursos originários do Fundo Geral de Turismo — FUNGETUR, gerido pela Empresa Brasileira de Turismo — EMBRATUR, vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio.

Em 15 de fevereiro de 1979, o BADEP abria em favor da PARANATUR um crédito no valor equivalente em cruzeiros a 31.260 Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, que à época representavam 10.447.092,00; em três saques trimestrais, sendo cada saque no valor de Cr\$ 3.482.364,00; tudo representando 59 por cento do valor total do investimento. E do mesmo documento constam as condições e as penalidades a que se sujeitou a PARANATUR na execução da obra.

Ato seguinte, a PARANATUR formalizou um convênio com a CESP — Cia. Energética de São Paulo, para o aproveitamento turístico e concessão da faixa de segurança às margens dos reservatórios no Estado do Paraná, construídos no Rio Paranapanema.

Iniciadas as obras, Primeiro de Maio passou a viver o sonho da indústria do turismo. Máquinas e operários se confundiam e começava a nascer o Parque Turístico de Capivara. Era uma forma de devolver a Primeiro de Maio, em forma de turismo, as produtivas terras que haviam sido roubadas pela represa. E o projeto do Terminal passou a ser cumprido. Vestiários, sanitários, lanchonete foram construídos, dando ao povo a certeza que muito em breve a obra estaria concluída.

O local passou a ser visitado por turistas de diversas cidades, e ninguém escondia o seu contentamento pela obra.

Alguns meses atrás, a obra parou.

Correram rumores de que seria temporariamente interrompida.

E nada mais se fez.

Hoje o mato cresce, e a beleza de um sonho mistura-se com o matagal à beira do Paranapanema.

Numa obra que de uma forma ou de outra, conta com a participação da PARANATUR, da FUNGETUR, do BADEP, do GOVERNO DO ESTADO, da CESP. Afinal, de quem a culpa...?

Que explicação a PARANATUR ou a Secretaria da Indústria e do Comércio terão para esse desastroso e comprometedor abandono de uma obra tão importante? Será o Parque Turístico do Capivara o novo “elefante branco” do atual Governo?

Pelos motivos expostos, encaminhamos um pedido de informações à PARANATUR, com as seguintes indagações:

— Quais as causas que determinaram a paralisação das obras do Parque Turístico do Capivara, no Município de Pri-

meiro de Maio?

A Paranatur recebeu todas as parcelas de que trata o contrato de Abertura de Crédito com Garantia de Fiança, firmado em 15 de fevereiro de 1979 com o Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A.?

Em caso positivo, todos esses recursos já foram aplicados na obra?

Qual a data prevista para que a obra continue a ser executada?

Enquanto aguardamos a resposta, manteremos silêncio para voltar ao assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa passagem por esta tribuna, hoje, é no sentido de deixarmos aqui a nossa impressão e também a nossa dúvida sobre o encaminhamento das novas leis que o País está vindo brotar.

Sabemos que, desde 1975, o anteprojeto do Código Civil Brasileiro está passando pelo crivo de estudos de uma comissão de alto nível e que desde 1975, com algumas pinceladas do respeitável presidente desta comissão, o jurista Miguel Reale, desde esta época o anteprojeto ficou hibernando nas gavetas de ministérios e nas gavetas dos homens que mandam neste País.

Só agora, Sr. Presidente, estão retirando as "teias de aranha" que já envolviam todo este processado.

Pelo que se sabe, Sr. Presidente, é intenção do Governo promover a sua discussão, no curso destes meses de dois meses que restam para o grande recesso parlamentar.

Não se sabe se as sugestões oferecidas para serem levadas à colação deste projeto foram realmente aceitas aquelas proposições feitas pelas diferentes e diversas seções regionais da Ordem dos Advogados, e também pelos segmentos da sociedade que tem interesse no aperfeiçoamento das leis civis deste País.

O que se percebe, Sr. Presidente, é que um Código Civil, vindo ainda com o ranço da primeira república de 1916, com todos os remendos que as épocas têm permitido ser feito, parece que os governos revolucionários estão entendendo que o Código Civil precisa ser aprovado agora a toque de caixa. A exemplo das leis casuísticas que estão a circundar e perturbar a tranquilidade da classe política e da própria Nação brasileira.

Ora, Sr. Presidente, sem o ajustamento adequado da Lei Maior, sem um ordenamento político capaz de embasar a nossa vida nacional, dificilmente sairá uma lei privada capaz de satisfazer as necessidades e as exigências da nossa época. Mesmo se observando o bojo do projeto, Sr. Presidente, e também o seu conteúdo, apesar das doutrinas hodiernas que estão levando esses juristas a dotar este novo Código.

Não é possível se abstrair a nova legislação paralela, qual seja o divórcio, a lei de desapropriações, e uma série de outras leis que, via de regra, haveriam de ser estabelecidas pelos parâmetros constitucionais, principalmente e depois através de uma discussão mais clara, mais ampla, no próprio Congresso Nacional das Leis, ou melhor, da doutrina que orienta a promulgação ou a discussão sobre o Código Civil vigente. Na verdade, Sr. Presidente, o que se precisa fazer, neste País, é uma nova ordem jurídica, capaz de abarcar também uma nova diretriz

de natureza econômica, de natureza social. Sem nenhuma orientação neste sentido, Sr. Presidente, o Código Civil pouca contribuição trará à evolução dos nossos tempos. E é aí, Sr. Presidente, que eu fico com a dúvida. A dúvida que existiu durante a promulgação do Código Penal. E também durante a discussão do Código de Processo Civil.

Nós sabemos que muitos dos institutos da lei adjetiva civil, estão absolutamente sem condições de aplicabilidade. E que uma das condições, do aperfeiçoamento do próprio aparelhamento da Justiça, Sr. Presidente, seria alterações profundas da Lei Orgânica da Magistratura. Mas, sem o embasamento maior, sem um ordenamento, que dê à Nação, um parâmetro, um novo pacto de sociedade brasileira, me parece difícil que este projeto de Código Civil possa trazer uma contribuição para o acomodamento da inquietação que existe hoje, na vida privada nacional.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrado o Pequeno Expediente.

Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilton Friedrich.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gemote Kirinus.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na verdade, esta presença em Grande Expediente, nesta tribuna, haveria de ser feita na próxima semana; e falaríamos sobre o problema de sublegenda e de leis eleitorais, que se estão esboçando neste País.

Entretanto, tendo em vista as grandes dificuldades de nosso partido político, começam já a receber os respingos das argamassas do poder, das argamassas que estão sobrando na construção do projeto que o Governo pretende impor.

É que, Sr. Presidente, nestes primeiros dias da semana em curso, tivemos o dissabor de ver um dos canais de televisão do Estado do Paraná, através de programas de níveis eminentemente político popular, assacar contra a figura do nosso Senador José Richa, até porque a sua postura como homem público do Estado do Paraná, a sua postura como possível vencedor da futura campanha de Governador do Estado, está a trazer sérias preocupações àqueles que querem novamente, talvez, ocupar o futuro Governo de nosso Estado.

E na verdade o que existe, Sr. Presidente, é uma grande preocupação porque a liderança do Sr. José Richa, hoje, no Paraná, não é apregoada pela Oposição, pelo PMDB, não. São as aspirações nascidas das classes populares, das camadas mais humildes de nosso Estado, dos empresários descontentes com o modelo vigente e com a sua penetração natural, através da sua grande arrancada e da sua grande motivação no Senado da República.

A verdade, Sr. Presidente, é que hoje há uma grande preocupação de impedir o avanço do Senador José Richa, para a conquista do próximo governo do Estado do Paraná, se tivermos eleições.

E na verdade, no momento em que se discute a problemática de maiores complicações que já existiram no processo político brasileiro, a sublegenda.

Nós percebemos que ela vem exatamente para permitir ao Governo nas suas divisões internas, somar para tirar as

vantagens de permitir os que já estão mandando há 17 anos, alongarem ainda mais este inquilinato no Palácio do Planalto, e na verdade, Sr. Presidente, o inquilino não quer ser despejado e para não permitir que este despejo seja feito à sua revelia, procura, através dos expedientes, próprios dos regimes de exceção, impedir que o senhorio de todos os poderes, o povo brasileiro, impeça a sua permanência nas cadeiras que por este mesmo povo não lhe foi conferida em tempo algum.

A verdade, Sr. Presidente, é que nós estamos vivendo momentos de grandes preocupações no sentido de que essa transição esperada, desejada e também, trabalhada pelas classes, principalmente pelas mais humildes do País, possa ser feita.

O Governo, através dos seus já conhecidos laboratórios, das suas fórmulas não só anti-democráticas mas também mantenedoras do regime vigente procura, através dessas fórmulas, trabalhar para que o povo brasileiro, na hora da decisão, decida contrariamente aos seus próprios interesses.

O instituto da sublegenda, "sui generis", em todos os regimes que se possa conhecer, vem, mais uma vez, desmoralizar o ambicionado projeto de redemocratização, neste País.

Ora, quem não sabe que a sublegenda é o expediente mais hediondo para os avanços e conquistas e o aperfeiçoamento das agremiações partidárias. E qual a razão de manter essa sublegenda, se o pluripartidarismo é, exatamente, a antítese da sublegenda; ou vice-versa. Se no passado, vivíamos sob a égide de dois partidos: Situação e a Oposição, se justificava que era para o acomodamento das divergências internas do partido. Mas, agora, qual a justificativa que se possa dar à manutenção e até à extensão da sublegenda?

Veja, Sr. Presidente, o início de sua implantação se deu através das eleições municipais. Posteriormente, achando o Governo que a sua criação, a sua imaginação dera certo e que a sua imaginação tornou-se um instrumento de defesa do próprio regime, procurou estendê-la para o Senado.

Entretanto, ao lado da sua expansão, procurou manter também os senadores nomeados, os biônicos, e a não brasileira, embora revoltada, embora sob protesto, não teve alternativa, se não a de engolir, de aceitar, de absorver, de deglutir, contrariada, esta imposição do Governo Central.

Agora, o que se fala é que as sublegendas já estão praticamente instituídas para os governos estaduais.

É verdade que algumas vozes dissonantes e vamos dizer, até por exceção, do próprio partido do Governo, já se arvora em repelê-las, porque não há mais ambiente de sustentação em suas bases eleitorais.

Não é possível mais, alguns homens de dignidade, de respeitabilidade política, que esteve hibernando durante muitos anos, se revolte, e agora ameaça a estabilidade da implantação da sublegenda por parte do Governo.

Quicá, Sr. Presidente, saia das hostes partidárias que sustentam o Governo, homens que pensem mais na destinação deste País como Nação, do que propriamente buscar legitimação, ou legitimidade às suas pretensões, os seus projetos pequeno e egoísticos para uma possível reeleição ou à manutenção do domínio nos seus Estados de origem.

A verdade, Sr. Presidente, é que neste País carecemos fundamentalmente de homens, na expressão mais alta da respeitabilidade deste substantivo. A verdade, Sr. Presidente, é que na medida em que vamos nos permitindo essa "capitis diminutio", nós estaremos também fazendo concessões à diminuição da nossa soberania, à diminuição da nossa própria personalidade e à diminuição também da nossa capacidade civil de gerir os negócios deste País.

O Sr. Darcy Deitos — Deputado, Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, é revoltante que num regime de pluripartidarismo, se possa falar ainda em sublegenda, um País onde meia dúzia que manda no País, briga por causa das orientações de governo e fala-se até em dois governos: um da Presidência de direito e a outra, da Presidência de fato.

Sr. Presidente, esse tumulto que a sociedade civil brasileira está vendo, está sentindo e não está assimilando, precisa ter uma resposta daqueles que têm coragem de encarar o futuro deste País com determinação, com respeitabilidade e com honradez.

Esta, Sr. Presidente, independentemente das siglas partidárias deve ser a orientação que cada um dos eminentes parlamentares representantes do povo no Congresso Nacional, deve aceitar para a sua própria postura na votação da sublegenda.

Ouçó Vossa Excelência.

O Sr. Darcy Deitos — Nobre Deputado Fidelcino Tolentino, quero cumprimentar Vossa Excelência pelas colocações que faz nesta tarde, neste Grande Expediente, e gostaria de me reportar ao início da sua oração, quando Vossa Excelência fez referências aos ataques torpes, sórdidos e mesquinhos que sofre o nosso eminente Senador José Richa, por um certo cidadão desqualificado que está a serviço de interesses de terceiros, para tentar difamar a figura impoluta, a conduta ilibada da vida pública que teve até hoje o nosso eminente Senador José Richa, que quer queiram, quer não queiram, será o Governador do Estado do Paraná, a partir das eleições de 15 de novembro de 1982.

Não serão cidadãos como esse, que irão denegrir que a imagem deste eminente Senador que honra o nosso Partido.

Na segunda parte, quando Vossa Excelência trata da sublegenda, nós, sem dúvida alguma, nós da Oposição, e principalmente do PMDB, somos temerários de que esta emenda seja rejeitada, porque precedentes já houveram e como Vossa Excelência ainda bem se lembra, quando da votação da prorrogação dos mandatos de prefeitos e vereadores, existia um certo grupo de dissidentes dentro do PDS que dizia que iam votar pela rejeição. Porém, quando a votação se deu no Plenário, outro resultado não teve, do que a vontade do Palácio do Planalto e hoje, eminente Deputado, é a votação da emenda que trata das sublegendas nas eleições de governadores, e nós entendemos de que se esta emenda for rejeitada, efetivamente, Deputado Fidelcino Tolentino, estaremos dando um avanço no aperfeiçoamento democrático deste País, mas eu ainda estou um tanto quanto cético. Vou aguardar o desenrolar da votação, que está se dando nesta tarde no Congresso Nacional. E Deus queira, que os bons ventos democráticos clareie as idéias dos homens que se dizem dissidentes do PDS e engrossem as fileiras dos partidos de oposição atualmente no Congresso Nacional, e rejeitem mais essa excrescência que outra coisa mais não é, a fazer com que o Palácio do Planalto consiga acomodar aquele "Arca de Noé" existente no seu partido.

Muito obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, que vem trazer uma extraordinária contribuição a este improvisado e modesto pronunciamento que faço desta tribuna. Realmente, Deputado Darcy Deitos, causa uma repulsa à dignidade de toda Nação brasileira, não só esta excres-

cência jurídica, eu diria até jurídico-eleitoral, beneficiadora dos interesses inconfessados do Governo. Realmente, essa excrescência, traz assim, o amesquinamento da própria evolução, do próprio desenvolvimento que tanto se fala deste Brasil.

E, se não fosse ainda esta diretriz de raciocínio, avilta toda a juventude nacional. Porque, é submeter a juventude a uma camisa de força, a que já está impingida há mais de 17 anos. Porque quem tem 34 anos de idade, até hoje não chegou a votar em governadores e, este Deputado, apenas votou uma vez. Apenas uma vez para governador. Então, Deputado Darcy Deitos, qual a justificativa que traz o Governo para impor essas medidas casuísticas? E não falo aqui, por uma questão de natureza eminentemente partidária ou exclusivamente partidária. Não. É porque isto realmente reflete o mal-estar da Nação, quando o Governo fala na instituição, na ampliação da sublegenda. Ela por si só deveria ter caído quando se ampliaram às agremiações partidárias.

Sublegenda, é a subcultura. É expediente sub-liminar, sub-reptício que o Governo procura impor com o único objetivo de resguardar do naufrágio a sua legenda partidária. Não pelos seus componentes, menos até pelos seus componentes, mas, especialmente, pela situação em que esse regime tão concentrador, tão discriminatório, tão ofensivo à dignidade e à honra nacional, que os escândalos estão aí a trazer manchetes tentadoras de toda imprensa nacional, no curso dos vários e muitos anos que se fala já em abertura.

Sr. Presidente, estávamos quase acostumados a decretos secretos e que, diga-se de passagem, conquanto tenha caído o AI-5, Sr. Presidente, esses decretos não foram ainda derogados. Há ainda sob vigência duvidosa, decretos - que o Presidente da República, sob a pretensão da sua salvaguarda constitucional - editados no País. Ainda há esta dúvida nos decisórios dos nossos tribunais.

Ora, Sr. Presidente, recentemente tivemos aqui nesta Assembléia, a presença de dois eminentes Ministros do Supremo Tribunal Federal, quando indagávamos, deles, o comportamento daquela egrégia Corte com relação aos problemas de natureza partidária, de filiações partidárias, e, o que nós sentimos foi que, aqueles juristas, aqueles respeitáveis Ministros não tinham condições de dizer qual o rumo daquela Corte para o caso de uma consulta desta natureza. Logo se vê, Sr. Presidente, que, dessas quase 400.000 leis existentes no País, não há nenhum computador eletrônico, dos mais requintados, dos mais avançados tecnicamente, que possa computar uma parafernália de leis que criam a maior desordem na sociedade, nem o próprio Governo acostumado a desrespeitar aqueles regulamentos que ele mesmo faz, tem condições de computar, hoje, as leis que estão em vigência; agora, Sr. Presidente aquelas que tocam o interesse do Governo em se manter no poder, estas sim, casuisticamente, o Governo procura o aperfeiçoamento, para dar condições dessa manutenção indébita - o inquilino não paga aluguel, o inquilino está pondo a pique o imóvel e toda a sua estrutura, que está ocupando sem a autorização desse senhorio que é a Nação brasileira.

Ora, Sr. Presidente, precisamos fazer o despejo, mas, a Nação toda, através de uma forma "sui generis", talvez até aquela fórmula apregoada pelo eminente Líder Marcos Freire, no Senado Federal, a conciliação dos interesses nacionais deve estar acima de qualquer sigla, de qualquer segmento, de qualquer particularidade da vida nacional. Não é hora de implantar o socialismo ou um regime, mais à esquerda ou de extrema esquerda, é hora de buscarmos, no entendimento, um novo pacto nacional capaz de satisfazer os anseios, as aspirações e a

legitimidade que pretende ter os mandatos populares. Sem esta direção, Sr. Presidente, será difícil reconduzir o País no caminho da normalidade, cada vez vamos distanciando uns poucos, pelas riquezas, dos muitos miseráveis que essa opulência pequena traz à grande parte do povo brasileiro. Mas, expedientes como esses como sublegenda, como voto distrital que ainda se fala e como localizações, como afunilamento de direções que só interessam ao Governo, a Nação brasileira mergulhará cada vez mais nessa frustração da qual já quase não tem mais saída.

Veja, Sr. Presidente, os programas econômicos deste País, Ministros que só vivem viajando para o exterior; quando se fala de uma matéria política de interesse nacional, o Governo se acomoda e busca fórmulas para ficar na sua redundância.

Sr. Presidente, quero deixar aqui esta manifestação de repúdio, de desgosto até, se a sublegenda realmente for implantada no País; se não for, o que virá, Sr. Presidente, seria o dilúvio? E as Arcas-de-Noé poderiam suportar a grande divergência que poderá dela existir?

Ora, Sr. Presidente, esta indagação, quem tem de responder são os eminentes membros do Congresso Nacional, porque, acima das siglas políticas está a segurança, a tranquilidade e a paz social deste País que hoje já se remexe diante de tantos problemas de todos os quilates e através de um pequeno instituto jurídico eleitoral, poderíamos ainda mais divergir o direcionamento do regime democrático. Temos certeza, Sr. Presidente, e esperamos mesmo que, nestas próximas horas o Congresso Nacional saiba dar o seu testemunho de fé, de confiança e de autodeterminação, de independência não só do Congresso em si de um dos Poderes desta República, mas, sobretudo, um grito de alerta, de independência da própria Nação brasileira.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. JOSÉ TAVARES — Declinamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do Partido Popular se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Com a palavra o Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, devemos comunicar que nossa presença, nesta tribuna, dá-se ao fato de um expediente que nos chega às mãos, da Câmara Municipal de Jacarezinho, expediente este, Ofício 812/81, firmado por seu Presidente Hélio Machado de Lima e pelo 2.º Secretário, Jaime Mideletto.

O referido expediente, quando lido por nós, não trouxe nenhuma novidade. Nenhuma novidade porque temos sentido no interior o grande drama quando se fala a respeito da Companhia de Saneamento do Paraná, a nossa SANEPAR.

O expediente vem vazado nos seguintes termos: (Lê): "Sr. Deputado:

Consoante a reunião comunitária dos legislativos de Guaraci, Rolândia, Centenário do Sul, Mirassol, Florestópolis, Londrina e Porecatu, realizada nesta última cidade, em 29 de agosto p.passado, em que foi levado a debate reclamações dos serviços públicos oferecidos à população pela Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR, chegou-se à seguinte conclusão:

I - "Que seja feita a aferição de todos os hidrômetros,

sem quaisquer ônus para os consumidores”;

- II - “que seja feita a leitura mensal de todos os hidrômetros, abolindo-se o sistema de amostragem”;
- III - “que se faça, de imediato, a redução da tarifa de esgotos domiciliares, de cem por cento da tarifa de água, para dez por cento”;
- IV - “que se elimine a conta mínima, principalmente quanto a existência das “economias”;
- V - “que se padronizem as tarifas de todas as cidades do Estado, visto terem sido constatadas divergências de uma para outra localidade”.

Nessas circunstâncias, e considerando que esse resultado está conforme com o que vem reivindicando a população desta cidade, bem assim atendendo ao pedido da Câmara Municipal de Porecatu, esta Casa, na Sessão Ordinária de ontem, aprovou por unanimidade o requerimento de apoio n.º 201/81, do Vereador FERNANDO JEFFERSON FALEIROS, pelo qual estamos solicitando que Vossa Excelência formule proposição objetivando alcançar-se as soluções apontadas nos itens I, II, III, IV e V.

Agradecidos e na expectativa da honrosa atenção do ilustre Deputado, aproveitamos do ensejo para registrar as expressões da nossa superior consideração.

Hélio Machado de Lima
Presidente

Jayme Micheletto
2º SECRETÁRIO

Este é o expediente que chega da Câmara Municipal de Jacarezinho. Mas nós temos sentido nas caminhadas pelo Norte do Paraná, que um dos grandes dramas que se vive naquela região hoje, diz respeito exatamente a redução da tarifa de esgotos domiciliares. Porque na verdade, aliás já existem algumas divergências em torno do assunto, alguns explicando que quando há a presença do PLANASA há a autorização para a cobrança de 100 por cento, os outros que não.

Mas existem dramas como o de Londrina, por exemplo, que deve ser bem enfocado. O problema de Londrina em que tivemos recentemente a conclusão de parte da rede de esgoto, rede de esgoto que ainda está sendo concluída, esgoto que não tem tratamento, cujo esgoto vai direto para o Ribeirão Cambézinho, para provocar a sua poluição e as explicações da SANEPAR de que somente em 1983 é que será construída a estação de tratamento.

Mas acontece que aquela mesma população que recebeu o esgoto passando em frente da sua residência, que ainda não está nem com o esgoto sendo utilizado, que não fez a ligação já está recebendo na sua conta os 100 por cento daquilo que consome em água no mesmo valor da taxa de esgoto.

Por esta razão é que ainda ontem e hoje, na manhã de hoje, estiveram em Curitiba representantes da Câmara Municipal de Londrina, compondo uma comissão para aqui tratar junto à SANEPAR - nós já pudemos sentir em contato com companheiros daquela Comissão que não estão encontrando eco para as soluções, apenas explicações paliativas.

O fato é que é um assunto que vai merecer uma atenção mais séria porque a reclamação passa a se desenrolar em quase toda a região norte paranaense que conhecemos.

Mas na verdade hoje, em função deste expediente, o nosso objetivo foi que ele pudesse ser registrado, desta tribuna, para que pudessemos num pronunciamento que estamos preparando, voltar a tratar com maiores detalhes a respeito deste assunto.

Queremos, Sr. Presidente, apenas tendo em vista a presença

nesta tribuna, há poucos instantes, do eminente companheiro Deputado Fidelcino Tolentino, dizer que a nossa luta continua a mesma, dentro daquela mesma significação, dentro da mesma expressão que temos utilizado sempre quando pensamos nesta excrescência chamada sublegenda e que temos sempre definido como sendo a negação do partido político.

Mas de qualquer forma, se dúvidas ainda existiam dentro de nós, pelo menos foram dissipadas hoje, porque até ontem, - confesso, reunia muitas dúvidas de que as oposições pudessem comparecer hoje maciçamente no Congresso para, no momento em que devesse aquela Casa definir o problema das sublegendas, faltasse exatamente a presença das oposições e alguns dissidentes que se ameaçavam de dissidentes do Governo, e que criavam coragem de votar contra a sublegenda, pudessem arregalar os olhos e dizer que a ausência das oposições motivou a não votação.

Acompanhamos hoje o início dos trabalhos no Congresso com alegria, porque pelo menos 216 Deputados responderam no primeiro movimento feito e sentiu a liderança governista de que periclita a sublegenda. Neste momento, segundo as últimas informações, naquela Casa, no Congresso, ainda há expectativa para que a votação possa iniciar-se dentro de instantes e possamos conhecer, quem sabe, a decisão que o povo espera, sem casuísmos, sem a ligação partidária, com uma política mais sadia, composição mais clara daqueles que são contra, mas que apenas para não desagradar o Governo, deixam de votar, omitindo-se, permitindo assim que o decurso de prazo acabe beneficiando algumas mensagens que vêm do Governo.

Quero crer que hoje teremos, finalmente, o Congresso em alto conceito nacional, pela presença daqueles que haverão de votar, mesmo perdendo, em última análise, mas pelo menos com uma presença maciça da parte dos partidos de Oposição.

O Sr. Fidelcino Tolentino - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Realmente, Deputado Dácio Leonel, Vossa Excelência enfatiza com propriedade e segurança aquilo que representa hoje uma das mais candentes aspirações que a Nação brasileira acalenta há muitos anos, o resgate da dignidade do Congresso Nacional. Sem isto, o próprio povo brasileiro é que está sofrendo a derrocada imposta pelo regime. E se alguns, uns poucos só do Partido do Governo, persistiram no auxílio que esta obra gigantesca das oposições reunidas vêm fazendo neste País, realmente posso dizer que estará compensada a nossa luta de tantos anos de suor e sacrifício. Ficarão, estes dissidentes do PDS, com a marca da dignidade, com a marca de engrandecimento moral, com a marca da independência, da soberania, do alto valor, do espírito de liberdade.

Esperamos sinceramente que esta primeira demonstração coloque em retirada a mensagem do Governo que usa de um expediente condenável nestes últimos anos, que é o decurso de prazo.

Em hipótese nenhuma o Governo, se quiser fazer as suas imposições, poderia até fazê-las politicamente, mas sem o crivo do decurso de prazo, que é como se fosse a diminuição da personalidade dos próprios congressistas.

Até não sei, Deputado, onde chegará e ainda terei dúvidas até que esta votação se complete, ainda terei dúvida se persistirão no combate a esta excrescência jurídica. Se isto ocorrer, já terá compensado todo o sacrifício das oposições que hoje se reúnem num grande projeto de redenção nacional. Cumprimento Vossa Excelência por esta lembrança e por ter vindo a esta tribuna falar, repelir também a excrescência jurídica,

denominada de sublegenda.

Muito obrigado.

O SR. DÁCIO LEONEL — Agradeço o brilhante aparte de Vossa Excelência. E em verdade, quando nós assomamos esta tribuna que já passa a ser assim de uso comum, o decurso de prazo, é que nós ficamos pensando e muitas vezes meditando, qual seria preferível o Deputado sujeitar: o Deputado passar a ser subserviente, no caso, ocupando o seu lugar no plenário e votando contra o povo, e a favor do Governo, ou seria menos decente, se ele simplesmente, de forma covarde, fugisse do plenário e que a omissão seria vitoriosa, como se ele estivesse presente.

Obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro se deseja fazer uso do seu horário.

Ausente, em nome do PDS, concedo a palavra ao Sr. Deputado Aírton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo hoje esta tribuna, para destacar, com júbilo, um acontecimento que merece reconhecimento público e registro na história da Região Metropolitana de Curitiba.

Falo do Seminário “A Região Metropolitana de Curitiba do Ano 2000”, promovido pelo Governo Ney Braga, através da Secretaria de Estado da Administração e da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, a COMEC.

Este evento, do qual participaram, ativamente, por dois dias, 426 pessoas, das mais diversas qualificações, representando as comunidades dos 14 municípios que integram a Região Metropolitana, tem uma significação da máxima importância para o futuro da Grande Curitiba.

Curitiba, hoje, não é uma cidade só.

É uma grande cidade, é a Grande Curitiba, que é composta pelos municípios que a cercam, e que, com ela, vivem em harmonia, conjugando esforços por uma vida melhor aos seus habitantes.

A água que Curitiba bebe vem de Piraquara, Quatro Barras e Campina Grande do Sul, por exemplo.

Hoje, as cidades da área metropolitana se aproximam, se aglutinam, se unem numa só metrópole: a Grande Curitiba.

É claro que este crescimento e esta união não ocorrem sem o surgimento de problemas, e muitos problemas estão surgindo dia-a-dia pelo próprio crescimento vertiginoso da população metropolitana.

A Grande Curitiba, hoje, tem cerca de um milhão e meio de habitantes.

Bem antes do ano 2000, estima-se, seremos 3 milhões de pessoas, vivendo neste mesmo espaço.

O dinamismo desta realidade exige uma ação eficaz de planejamento e de execução de obras e serviços públicos à população, e neste sentido, não poderia ter sido mais feliz a idéia do secretário Véspero Mendes, da Administração, em organizar num Seminário um fórum de apresentação e discussão de idéias e propostas da própria comunidade ao seu desenvolvimento.

E assim se fez.

Por dois dias, nos auditórios do Centro Cívico, a Secretaria da Administração e a COMEC movimentaram 426 pessoas, de todos os municípios metropolitanos, nesta busca de

informações.

Centenas de proposições foram longamente discutidas e a semente do Seminário “A Região Metropolitana de Curitiba do Ano 2000” já frutificou.

Um documento-proposta da comunidade metropolitana está pronto - e será impresso nos próximos dias.

Um documento importante, pois retrata, com muita fidelidade os anseios do nosso povo.

Um documento importante, principalmente, porque foi obtido através do diálogo, do debate livre e sem censuras, de um jogo democrático dos mais elogiáveis, com a participação de todos os Partidos, de todas as ideologias, de todos que assumiram um compromisso com o nosso amanhã.

Um documento que será utilizado, conforme anunciou o Secretário Véspero Mendes, pelos técnicos dos Governos Federal, Estadual e dos Municípios, na reavaliação do Plano Integrado de Desenvolvimento Metropolitano - tarefa que será iniciada nos próximos dias, pela COMEC.

A iniciativa do Secretário da Administração superou inclusive os limites do nosso Estado do Paraná: o responsável pela coordenação das Regiões Metropolitanas do CNDU - Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - Luiz Otávio Cavalcanti, que esteve na abertura do Seminário, declarou que o CNDU tem interesse em promover nas demais áreas metropolitanas brasileiras Seminários semelhantes a este, promovido em Curitiba, pelo alto grau de participação de pelos resultados obtidos neste tipo de trabalho com a comunidade.

Todos estes resultados, todo o trabalho desenvolvido, só nos permitem aplaudir, nesta Casa, a mais esta iniciativa altamente democrática, participativa e liberal de ação do Secretário Véspero Mendes, e de sua equipe de trabalho, que não mediu esforços para um atendimento solícito a todos os participantes e interessados pelo futuro da nossa Grande Curitiba.

Finalizando, gostaria de pedir registro, nos Anais desta Casa, de um voto de louvor ao Governo do Estado à Secretaria da Administração e à COMEC pela feliz iniciativa de realizar o Seminário “A REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA NO ANO 2000”.

E ontem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao participarmos do encerramento deste seminário, ao ocuparmos a palavra, nós dizíamos, que ainda recentemente éramos entrevistados, aqui em Curitiba, sobre o instituto do decurso de prazo e falávamos que os grandes temas nacionais, ou mesmo, os grandes temas regionais, precisam ser amplamente discutidos por toda a comunidade, porque se nós aqui, somos representantes da opinião média de um Estado ou um País, nós devemos basear a nossa opinião no que pensam e sentem os nossos companheiros e aqueles que vivem neste País, e neste Estado.

Portanto, creio que a realização deste seminário significa também, um reforço à tese de que esses temas devem ser amplamente discutidos, devem ser amadurecidos realmente pelo poder que cada um, de convencer, tem, ao seu próximo, para poder chegarmos a conclusões que interessem não a grupos fechados, mas, que interessem à nossa população como um todo.

E eu tenho certeza de que com exemplos como estes, deste seminário, com a multiplicação de seminários como este por todo o País, haverá um dia em que se encontrará nesta Nação, um consenso de que o decurso de prazo é não só a violência ao Poder Legislativo, mas como é uma violência à vontade nacional. E por isso, ao concluirmos este pronunciamento, nós fazemos a nossa profissão de fé, de que o decurso de prazo seja extinto, não só à preservação da natureza do

Poder Legislativo, mas, como principalmente, para que a Nação possa participar, através de todos os seus extratos sociais, decisivamente das decisões que importam, sejam regionalmente a um Estado, sejam nacionalmente a este País.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Emenda à Constituição do Estado, de autoria do Sr. Deputado Airtton Cordeiro, devidamente apoiada, constante do expediente. — Recebida.

Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso, para conhecimento dos Srs. Deputados.

Proposição de Emenda à Constituição do Estado, de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, devidamente apoiada, constante do expediente. — Recebida.

Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso, para conhecimento dos Srs. Deputados.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 69/81, oriundo de Parecer aprovado por maioria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área do Município de Curiúva, para consultar a população sobre a criação do Município de Figueira. — Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 129/79, de autoria do Deputado LINEU TURRA, que autoriza o Poder Executivo instituir a Fundação Educacional de Laranjeiras do Sul, com sede e foro na referida cidade e que se regerá por Estatuto aprovado por Decreto Governamental. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria e C.F., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 77/81, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que declara "Ano da Defesa Ambiental do Paraná", o ano de 1982. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.M.A., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 54/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 70/81 (Mens. Govern. n.º 77/81), que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e os municípios aqui nominados, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura, na área industrial. — Aprovado.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 55/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 71/81 (Mens. Govern. n.º 78/81), que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Ministério dos Transportes, objetivando a execução de projetos rodoviários dos programas especiais de desenvolvimento regional, de que trata o Decreto

Federal n.º 83436, de 10 de maio de 1979. — Aprovado.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 56/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 72/81 (Mens. Govern. n.º 79/81), que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte e os municípios aqui nominados, objetivando co-participação técnica e financeira para obras no plano esportivo e cultural. — Aprovado.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 57/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 73/81 (Mens. Govern. n.º 71/81), que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de Nova América da Colina, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, no referido município. — Aprovado.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 58/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 74/81 (Mens. Govern. n.º 80/81), que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná e os municípios especificados, objetivando o planejamento e coordenação de desenvolvimento dos municípios que integram o Eixo Londrina-Maringá - METRONOR. — Aprovado.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 80/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Foz do Iguaçu, para consulta à população sobre a criação do Município de Santa Terezinha. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 114/81

PARECER

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 80/81

SÚMULA:

Autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Foz do Iguaçu, para consulta à sua população sobre a criação do Município de Santa Terezinha.

Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante especificada, localizada no Município de Foz do Iguaçu a fim de consulta a sua população sobre a criação do Município de Santa Terezinha:

"Partindo da ponte da estrada de Santa Helena sobre o rio Passo Cuê, sobe por este curso, no sentido leste até a sua nascente, aproximadamente na divisa do Município de Foz do Iguaçu, com o Município de São Miguel do Iguaçu, segue por essa no sentido sul até encontrar a picada da antiga linha telegráfica que margeia a estrada velha de Guaruapuava no ponto em que esta última transpõe o rio Apepu, descendo a picada acima descrita no sentido oeste, percorre uma extensão de aproximadamente 17.000 mts., até alcançar a ponte localizada sobre o arroio Saga Funda, localizada na Fazenda Bonozo, no canto sudoeste da linha divisória do Patrimônio da Colonizadora Criciúma Ltda., daí partindo em

sentido norte, seguindo a linha divisória do Patrimônio da referida firma, até o ponto em que esta deriva a leste, indo daí em ângulo de mais de 90°, para Oeste numa distância aproximada de 1.800 mts, onde reflete ao norte em linha reta alcançando a estrada de Santa Helena, pela qual segue ainda em direção norte até a ponte nessa estrada sobre o Rio Passo Cuê, ponto de partida”.

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de outubro de 1981.

(a) LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA
Relator.

PROJETO DE LEI Nº 114/81

PARECER

De autoria do nobre Deputado Tércio Albuquerque, o presente projeto de lei tem por objetivo criar o Município de Santa Terezinha, com sede na localidade do mesmo nome, território desmembrado do Município de Foz do Iguaçu e divisas que especifica.

Da análise do processo, queremos ressaltar preliminarmente, o cuidado demonstrado pelo autor da proposição, eminente Deputado Tércio Albuquerque, digno representante daquela região neste Poder Legislativo, que o instruiu com a documentação prevista na legislação federal e estadual em vigor, (Lei Complementar n.º 1 — Federal e Lei Complementar n.º 2 — Estadual), fazendo com que a mesma possa ter o seu competente encaminhamento nesta Casa, sem qualquer embaraço, quer legal ou constitucional.

Na justificativa apresentada, podemos perfeitamente atinar com o desenvolvimento que nestes últimos anos foi gerado pela atuação efetiva da laboriosa população daquela rica região de nosso Estado, fazendo com que a mesma possa agora almejar e reivindicar a sua emancipação, a fim de que esse mesmo progresso não venha sofrer solução de continuidade. Não só o desenvolvimento sócio econômico e cultural, é aqui alvo de destaque, como também o político, do qual foi um dos precursores, o inesquecível Deputado Arnaldo Busato, que sempre ali foi prestigiado e nunca deixou de, no trato público, durante a sua brilhante carreira política, emprestar a colaboração em prol da comunidade de Santa Terezinha, que agora está empreendendo esta luta pela emancipação política, a fim de emergir num próspero e novo município dentro do cenário estadual paranaense.

É uma das mais importantes tarefas do homem público, cuidar para que o Estado seja sempre alicerçado em bases que possam manter a transformação social e estrutural em moldes compatíveis com as aspirações populares. Em nosso Estado, como nos demais estados brasileiros, esse alicerce vem sendo mantido pela estrutura municipal. Assim sendo, capacitando o Paraná com novas comunas, que por certo se organizarão visando dotar suas regiões de uma estrutura voltada para o bem comum, a missão política do representante do povo, estará intimamente ligada com as aspirações populares.

Este é um dos casos aqui apresentado, quando o nobre Deputado Tércio Albuquerque propõe a apreciação deste Poder Legislativo, uma legítima aspiração popular da respeitável comunidade do Distrito de Santa Terezinha.

Dentro desta perspectiva sócio-econômica e política, neste parecer preliminar, nos manifestamos favorável ao projeto de lei em tela, e nos termos legais, nos reservando para posteriormente reapreciarmos a matéria, após consulta popular,

que é prevista pela legislação em vigor, apresentamos o projeto de resolução em anexo, a fim de ser autorizado o plebiscito para ascultar a sua população sobre a criação aqui pretendida, passo inicial para que esta Casa possa opinar sobre tão importante assunto.

É o parecer que emitimos, com o projeto de resolução em anexo.

Sala das Comissões, em 14 de outubro de 1981,

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente;

LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Relator.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Ângela Cruzara Belom, ocorrido na Cidade de Campo Largo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Coordenador Regional do INPS do Paraná, encarecendo que o mesmo comece a relação das pensões por morte concedidas pelo FUNRURAL em Barbosa Ferraz, nos últimos 5 anos. — Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem) — Sr. Presidente, antes que Vossa Excelência proceda a votação, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.
(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

36 Srs. Deputados responderam a chamada. Há “quorum” para votação.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, pela ordem. Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É feita a verificação de votação).

21 Srs. Deputados o aprovam; nenhum Sr. Deputado o rejeita. Não há “quorum” para votação, apenas para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando envio de ofício à Superintendência de Recursos Hídricos e do Meio Ambiente, pedindo providências imediatas quanto às denúncias encaminhadas sobre a atividade de empresa poluidora infratora da legislação vigente sobre a questão, a Giacomet-Marodim-Indústria de Madeiras S.A. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a realização de uma grande operação policial no Município de Maringá, visando reduzir os elevados índices de criminalidade que lá vem se verificando. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zan- chet, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Secretário Fernando Fontana, pelo êxito da I Feira Estadual do Artesanato, realizado no Parque Castelo Branco durante o corrente mês. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zan-

chet, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Secretário Reinhold Stephanes pelo êxito da 12a Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados e 2a. Exposição Internacional de Suínos, realizadas neste mês no Parque Castelo Branco.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando pedido de informações ao Sr. Diretor-Presidente da Paranatur, das causas que determinaram a paralização das obras do Parque Turístico do Capivara no Município de Primeiro de Maio.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente, solicitando seja enviado voto de congratulações ao Professor Sr. Dirceu Moniz de Aragão, pelo recebimento da Medalha Teixeira de Freitas.— Em discussão.

O SR. JOSÉ TAVARES — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando voto de repúdio ao General Costa Cavalcanti, Presidente da Itaipu Binacional, em função de suas críticas dirigidas ao jornal "Gazeta do Povo", tendo em vista a campanha deste órgão de imprensa visando o fornecimento da energia a custo zero.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, encarecendo especial atenção na concessão de Carta Patente para instalação de Agência Bancária para o novo Município de Sarandi.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Capitão José Perez, Vice-Diretor do DETRAN, pela maneira correta com que vem se conduzindo no desempenho de seu cargo.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando envio de expediente aos Srs. Secretário da Segurança Pública e Diretor da Polícia Civil do Estado do Paraná, pedindo o imediato afastamento do Delegado de Polícia da Cidade de Jandaia do Sul.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando envio de ofício ao Secretário da Segurança Pública, Presidente do INCRA e do ITC, no sentido de apurar as denúncias de arbitrariedades policiais cometidas contra colonos na localidade de Bragantina, Município de Assis Chateaubriand.— Em discussão.

O SR. JOSÉ TAVARES — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para discutir, adia-se para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nº 129/79 e 77/81.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 54, 55, 56, 57, 58 e 80/81.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66 e 67/81.

Levanta-se a sessão.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 05ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 1981

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Werner Wanderer e Ezequias Losso.

Às dezessete horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gemote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 42/81, que denomina "DEPUTADO ARNALDO FAIVRO BUSATO", o trecho da Rodovia PR-182, que liga a sede do Distrito de Santa Tereza, ao Município de Cascavel à sede do Município de Francisco Beltrão.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 42/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominado DEPUTADO ARNALDO FAIVRO BUSATO, o trecho da Rodovia PR-182, que liga a sede do Distrito de Santa Tereza, Município de Cascavel, à sede do Município de Francisco Beltrão.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de outubro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;

RENATO BERNARDI — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 63/81, que declara de utilidade pública a “Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI”, da Cidade de Verê/Pr. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 63/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À METERNIDADE E À INFÂNCIA — APMI, com sede e foro na Cidade de Verê.

Art. 2.º — esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de outubro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;

RENATO BERNARDI — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 68/81, que declara de utilidade pública a “Fundação Educacional 31 de Março”, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 68/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL 31 DE MARÇO, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de outubro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;

GABRIEL SAMPAIO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 44/81, (Mens. Govern. n.º 68/81), que aprova o convênio celebrado entre o Estado, através da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, e o Ministério do Trabalho, objetivando a realização da “II Feira Brasileira do Artesanato”, no período de 10 a 19 de julho de 1981. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 44/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio n.º 16/81, celebrado em 23 de julho de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, e o Ministério do Trabalho, objetivando a realização da “II FEIRA BRASI-

LEIRA DO ARTESANATO, no período de 10 a 19 de julho de 1981.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em 19 de outubro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;

RENATO BERNARDI — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 45/81, (Mens. Govern. n.º 73/81), que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de Clevelândia e Colorado, no valor estimado de Cr\$ 5.100.000,00 (cinco milhões e cem mil cruzeiros), objetivando a construção de terminais rodoviários de passageiros, nas sedes dos referidos municípios. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 45/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam aprovados os convênios celebrados em 07 de janeiro de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os Municípios de Clevelândia e Colorado, objetivando a construção de terminais rodoviários de passageiros nas sedes dos referidos municípios.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de outubro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;

RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 46/81, (Mens. Govern. n.º 74/81), que aprova o convênio celebrado em 20/07/81, entre o Estado do Paraná e os Municípios de Comélio Procópio e Pérola, objetivando obras de controle da erosão urbana, nos referidos municípios. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 46/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam aprovados os convênios celebrados em 20 de julho de 1981, entre o Estado do Paraná, e os Municípios de Comélio Procópio e Pérola, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, nos referidos municípios.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de outubro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;

GABRIEL SAMPAIO — Relator.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.



Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 26 DE OUTUBRO DE 1981

ANO VII

EMENDAS AO PROJETO DE LEI N.º 110/81 ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO

EMENDA N.º 01

8000.15814272.498 - Proteção à Maternidade e à Infância
APMI - Cambé Cr\$ 500.000,00
APMI - Ibiporã Cr\$ 500.000,00

Cr\$ 1.000.000,00

Redução:

3300.04401831.693 - Programa Integrado de Apoio ao Produtor Rural - EMATER Cr\$ 1.000.000,00

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1981.

a) FIORI LUIZ
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

O atendimento da maternidade e da infância deve ser a meta prioritária de qualquer administrador que use o bom senso e que tenha em seu conjunto de governo o homem como meta principal. Sabedores que o atual governo diz, ver o homem em seu todo, e que o mesmo é sua meta principal é que propomos essa emenda que vem suprir as necessidades de dois importantes órgãos de assistência à Maternidade e à Infância em nosso Estado que é a APMI de Cambé e a de Ibiporã, tão carentes de recursos atualmente.

EMENDA N.º 02

93.00.16885341.911 - RODOVIAS ALIMENTADORAS/
FASE II BID II
Asfaltamento ligando o Distrito de Tamarana a PR-445-Celso Garcia
Cid num trecho de 8 km
Cr\$ 50.000.000,00

Redução:

3300.04401831.684 - Programa Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - IAPAR Cr\$ 50.000.000,00

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1981.

a) FIORI LUIZ
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Tamarana é sem sombra de dúvida um dos mais importantes de nosso Estado, e se viu privado ao longo do tempo de sua existência da ligação asfáltica entre sua sede e o Município de Londrina, o que por certo traz conseqüências funestas ao seu desenvolvimento.

Daí essa reivindicação que vem de encontro com os anseios das principais lideranças e de seu povo, pois essa obra sendo executada trará entre outras coisas a melhoria de seu escoamento em sua produção e conseqüentemente a sua emancipação, desejo de sua gente.

EMENDA N.º 03

2510.08440312.393 - Apoio Financeiro a Instituições de Ensino Superior
Auxílio ao Hospital Universitário de Londrina Cr\$ 5.000.000,00

Redução:

1702.09400551.164 - Pesquisas s/Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PRORURAL
Cr\$ 5.000.000,00

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1981.

a) FIORI LUIZ
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

O Hospital Universitário de Londrina atende hoje a milhares de pessoas carentes de todo o norte do Estado, e, sempre passa por inúmeras dificuldades para poder executar as suas finalidades, necessitando para isso de uma ajuda mais efetiva do poder público, não só para dar continuidade ao atendimento que vem oferecendo, mas também para incrementar a sua pesquisa, tão necessária para a formação dos profissionais que lá buscam seus conhecimentos.

Urge portanto que o Estado no exercício que se aproxima cuide decisivamente deste pormenor, daí nossa solicitação.

EMENDA N.º 04

2509.08492522.390 - EXECUÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
Subvenção ao Instituto Londrinense de Educação das Crianças Excepcionais - ILECE Cr\$ 5.000.000,00
APAE Londrina Cr\$ 2.000.000,00

Cr\$ 7.000.000,00

Redução:

0901.15814862.062 - Subvenções a entidades assistenciais, educativas e culturais Cr\$ 7.000.000,00

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1981.

a) FIORI LUIZ
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

Atender a educação especial é meta prioritária de qualquer governo sensível aos grandes problemas dos educandos em nosso país, especialmente quando atravessamos o ano internacional do deficiente que trouxe a baila os grandes problemas que os mesmos enfrentam dentro da atual sociedade, e, daí ter o governo uma parcela muito grande a dar, para a solução deste problema que é para nós angustiante.

Londrina está nesse contexto de dar atendimento efetivo a criança excepcional, mas é carente de recursos para atender a demanda da procura, por essa razão fazemos a presente solicitação para que se inclua definitivamente verbas às organizações que lá atendem os excepcionais, dando-lhes garantia que amanhã estarão ajustados à sociedade pelos ensinamentos recebidos.

EMENDA N.º 05

8000.15814852.570 - Amparo Social à Velhice e ao Adulto Incapaz
Auxílio ao Albergue Noturno de Londrina Cr\$ 1.000.000,00
Auxílio ao Lar dos Velhinhos de Londrina (Lar Santo Antônio) Cr\$ 1.000.000,00
Cr\$ 2.000.000,00

Redução:

3300.04401831.693 - Programa Integrado de Apoio ao Produtor Rural - EMATER Cr\$ 2.000.000,00

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1981.

a) FIORI LUIZ
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

A garantia de um lar aos velhos e desamparados pela sorte devem ser incentivadas por todos os brasileiros de bom senso, pois é na velhice que se encontra os maiores problemas para a nossa sobrevivência, daí o nosso cuidado de chamar a atenção do poder público para o Lar dos Velhinhos de Londrina, hoje carente de recursos para a sua manutenção.

Com relação ao Albergue Noturno de Londrina, vem o mesmo hoje dando um atendimento a milhares de pessoas que o procuram exatamente dado a evasão do homem do campo para as cidades, não encontrando o que desejavam ficam a perambular pela cidade, encontrando no albergue a sua moradia para pelos menos repousarem e se alimentarem temporariamente, daí o albergue de Londrina, hoje necessitar de ajuda financeira, pois todos sabem da grande massa de homens hoje que perambulam por todo o norte do Paraná a procura de emprego, dado a erradicação dos cafezais.

EMENDA N.º 06

Uma verba de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), do montante constante do órgão: Secretaria de Estado da Educação, Programa de Trabalho: Departamento de Assuntos Universitários, passa a integrar, onde couber, a FUNDAÇÃO FACULDADE DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS E LETRAS DE CASCAVEL - FECIVEL.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1981.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

O que se pretende com a presente emenda é alocar recursos como auxílio à manutenção da Faculdade, que tem por finalidade a promoção de pesquisas, o desenvolvimento das Ciências, Letras e Artes e a formação de profissionais de nível universitário.

EMENDA N.º 07

9300.16885341.911 - Rodovias Alimentadoras - FASE II
BID II - Estrada - Liga a cidade de Prudentópolis com a BR-277 (Estrada do Relógio) numa extensão de 9 (nove) quilômetros.
ASFALTAMENTO - Cr\$ 20.000.000,00

Redução:

2302.084882472.814 - Programa a cargo da Fundação Teatro Guaíra Cr\$ 20.000.000,00

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1981.

a) GILBERTO AGIBERT FILHO
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

Nossa reivindicação, se dá ao fato de estarmos atravessando "A CHAMADA CRISE DO PETRÓLEO", devido ao alto custo do Barril. O que virá economizar muitos dólares via importação de Petróleo, pois encurtará dezenas de quilômetros para escoamento de seus produtos agrícolas, e também com esse trecho pavimentado os produtos não sofrerão deterioração em sua origem, como vem ocorrendo constantemente, ocasionando grandes prejuízos para os agricultores da região e para o Estado do Paraná.

EMENDA N.º 08

7800.13754281.543 - Recuperação e Reequipamento de Unidades Hospitalares e Sanitárias.
Auxílio ao Instituto do Câncer de Londrina Cr\$ 10.000.000,00

Redução:

0904.03070232.054 - Comunicação Social Cr\$ 10.000.000,00
Sala das Comissões, em 22 de outubro de 1981.

a) JOSÉ TAVARES
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

O Instituto do Câncer de Londrina, atende a uma vasta população não só de Londrina, mas também de todo o Estado do Paraná e Sul de São Paulo, vivendo exclusivamente da ajuda sempre benemérita de colaboradores, daí a nossa preocupação que o Estado supra também as suas necessidades, dando a ajuda que o mesmo necessita para cumprir a sua missão.

Reduzimos a verba em tela, por entendermos que hoje o que mais importa ao homem é sua saúde e a grande preocupação do governo deve ser a saúde, daí se dizer que a "saúde do povo é a suprema lei".

EMENDA N.º 09

7900.15070212.560 - Serviços Administração - IAM
Auxílio ao Lar "Anália Franco"
Cr\$ 5.000.000,00

Redução:

2302.08482472.814 - Programa a Cargo da Fundação Teatro Guaíra Cr\$ 5.000.000,00

Sala das Comissões, em 22 de outubro de 1981.

a) JOSÉ TAVARES
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

O Lar "Anália Franco" dá atendimento a centenas de crianças desprotegidas pela sorte lutando com imensas dificuldades para a sua manutenção, daí entendermos a necessidade de uma ajuda efetiva por parte do governo de nosso Estado.

Reduzimos a importância da atividade em tela, por entendermos que a verba a ela destinada foi superior a inflação ou ao crescimento do orçamento com relação aos exercícios de 1980 e 1981.

EMENDA N.º 10

6300.08421882.437 - Expansão Física da Rede, Suprimento de Serviços Meio e Apoio ao Desenvolvimento do Ensino de 1.º grau.
a) Instituto Londrinense de Educação aos Excepcionais - ILECE
Cr\$ 5.000.000,00

b) Instituto Londrinense de Educação aos Surdos - ILES
Cr\$ 5.000.000,00
Cr\$ 10.000.000,00

Redução:

2302.08482472.814 - Programa a Cargo da Fundação Teatro Guaíra Cr\$ 10.000.000,00

Sala das Comissões, em 22 de outubro de 1981.

a) JOSÉ TAVARES
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

Tanto o Instituto Londrinense de Educação aos Excepcionais, como o Instituto Londrinense de Educação aos Surdos, ILECE e ILES, respectivamente, são instituições cuja

benemerência são indiscutíveis, pois atendem uma parte de nossa população, realmente carente, e sequiosa de saber, mas em contrapartida, lutam as duas instituições com incomensuráveis dificuldades econômicas, daí a nossa pretensão que o governo assuma parte dessa educação, ajudando efetivamente as mesmas.

Reduzimos da Fundação Teatro Guaíra, por entendermos que apesar de necessária, atende ainda a uma elite e cobra efetivamente para se manter daí a possibilidade de se retirar dela verbas e doar a quem realmente presta serviços de alto interesse comunitário na sociedade paranaense.

EMENDA N.º 11

7100.08442052.480 - Manutenção do Ensino Superior de União da Vitória Cr\$ 30.000.000,00

Redução:

0904.03070232.054 - Comunicação Social Cr\$ 30.000.000,00
Sala das Comissões, em 22 de outubro de 1981.

a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de União da Vitória, atende atualmente vasta região não só do Paraná, mas também de Santa Catarina, e necessita de recursos incomensuráveis para melhorar seus padrões de ensino, como também seus laboratórios, hoje carentes.

Consciente que o ensino deve ser meta prioritária de qualquer governo, solicitamos o acatamento da presente emenda para que também a Fundação em tela tenha condições reais de prover a educação naquela localidade.

EMENDA N.º 12

7200.08442052.484 - Manutenção do Ensino Superior de Apucarana Cr\$ 30.000.000,00

Redução:

0904.03070232.054 - Comunicação Social Cr\$ 30.000.000,00
Sala das Comissões, em 22 de outubro de 1981.

a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, em virtude da péssima situação financeira que se encontra devido às administrações inconvenientes, se encontra carente de recursos.

Consciente que o ensino deve ser meta prioritária de qualquer governo, solicitamos o acatamento da presente EMENDA para que a FUNDAÇÃO tenha condições reais para prover o desenvolvimento desta localidade.

EMENDA N.º 13

9300.16885341.911 - Rodovias Alimentadoras - FASE II
BID II - Estrada - APUCARANA a
RIO BOM - Asfaltamento.
Cr\$ 40.000.000,00

Redução:

2302.084882472.814 - Programação a cargo da Fundação Teatro Guaíra Cr\$ 40.000.000,00

Sala das Comissões, em 22 de outubro de 1981.

a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

De há muito a região de APUCARANA, reclama o asfaltamento da Estrada que liga o referido município a RIO BOM, pois no nosso entender esta ESTRADA é de fundamental im-

portância para o escoamento da produção deste importante município paranaense, e também para fazer chegar seus produtos agrícolas aos grandes centros consumidores.

Também a importância dessa rodovia, se faz sentir pela ligação que fará às regiões consumidoras, e que por certo aumentará nossa arrecadação de ICM (Imposto de Circulação de Mercadorias).

EMENDA N.º 14

2330.08462241.825 - Apoio ao Desenvolvimento do Esporte Amador e Competições Esportivas.
a) Construção de Ginásio de Esportes em Imbituva Cr\$ 50.000.000,00

Redução:

2302.084882472.814 - Programação a cargo da Fundação Teatro Guaíra Cr\$ 50.000.000,00

Sala das Comissões, em 22 de outubro de 1981.

a) GILBERTO AGIBERT FILHO

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

O Município de Imbituva, com uma população de quase 23.000 (vinte e três mil) pessoas residentes, acusou no último recenseamento, a taxa de crescimento anual de 0,75, ressentindo-se de um GINÁSIO DE ESPORTES para a prática das diversas modalidades esportivas e recreativas para aprimorar e incentivar as atividades esportivo-cultural de seus filhos desejosos de um Ginásio de Esportes à altura de suas tradições. Podemos nos sensibilizar com essa população, pois o pensamento deles é dos mais dignos e proveitosos para a humanidade.

EMENDA N.º 15

2300.08462241.825 - Apoio ao Desenvolvimento do Esporte Amador e Competições Esportivas.
a) Construção de Ginásio de Esportes em Prudentópolis Cr\$ 50.000.000,00

Redução:

2302.084882472.814 - Programação a cargo da Fundação Teatro Guaíra Cr\$ 50.000.000,00

Sala das Comissões, em 22 de outubro de 1981.

a) GILBERTO AGIBERT FILHO

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

O Município de PRUDENTÓPOLIS, com uma população de quase 40.000 (quarenta mil) habitantes residentes, acusou no último recenseamento, a taxa de crescimento anual de 1,45, ressentindo-se de um Ginásio de Esportes para a prática das diversas modalidades esportivas e recreativas para aprimorar e incentivar as atividades esportivo-cultural de seus filhos desejosos de um Ginásio de Esportes à altura de suas tradições, e para serem um povo forte e sadio, porque é através do esporte que fortalece-se um povo, uma Nação sadia.

EMENDA N.º 16

O Art. 7.º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 7.º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o total orçado para a despesa do exercício, servindo como recursos os definidos no art. 43, da Lei 4320, de 17/03/64."

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1981.

a) DARCY DEITOS

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

O Poder Legislativo dispõe de poucos meios para fiscali-

zar os atos do Poder Executivo, principalmente no que tange ao acompanhamento da execução orçamentária, e conceder limites como o pretendido no presente projeto, para que o Executivo suplemente suas verbas é abrir uma grande válvula para que o mesmo modifique em praticamente um terço o orçamento ora proposto a esta Casa, o que fatalmente seria prejudicial a análise que ora fazemos do referido orçamento a esta Casa apresentado. Em nosso entendimento o Poder Executivo reúne meios para não se utilizar de suplementações desta ordem, e quando isso ocorrer, terá o mesmo o dever de solicitar autorização legislativa para que o mesmo ocorra.

EMENDA N.º 17

2912.06301782.608 - SERVIÇOS DE BOMBEIROS NO INTERIOR DO ESTADO :
Criação do Corpo de Bombeiros de Campo Mourão Cr\$ 30.000.000,00

Redução:

0904.03070232.054 - Comunicação Social Cr\$ 30.000.000,00
Sala das Comissões, em 22 de outubro de 1981.
a) DARCY DEITOS
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

Campo Mourão e a região de há muito necessita de seu corpo de bombeiros, e sem dúvida é uma reivindicação de toda a comunidade não só de Campo Mourão, mas de toda aquela região, solicita e não encontra eco para essa necessidade premente.

Reduzimos a verba comunicação social por entender que a evolução da mesma nos últimos três exercícios ultrapassou qualquer estatística de desvalorização da moeda ou da inflação, se não vejamos:

1980 - Comunicação Social	Cr\$ 92.885.000,00
1981 - Comunicação Social	Cr\$ 170.170.000,00
1982 - Comunicação Social	Cr\$ 671.840.000,00

EMENDA N.º 18

9300.16885311.920 - Programa Especial de Infra-Estrutura Viária Regional Cr\$ 25.000.000,00

Redução:

3302.04401831.693 - Programa Integrado de Apoio ao Produtor Rural - EMATER Cr\$ 25.000.000,00
Sala das Comissões, em 22 de outubro de 1981.
a) DARCY DEITOS
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

Campo Mourão está na rota de Itaipu, passando hoje o trânsito pesado por dentro de suas principais vias, o que traz problemas de segurança ao seu povo e prejuízos de ordem econômica a todo o município, que tem despesas assustadoras para conservar suas ruas e avenidas. Urge portanto que o Poder Público tome para si a responsabilidade de fazer com que esse tráfego intenso seja desviado.

Reduzimos a verba acima por entendermos que há necessidade maior de atendermos uma região altamente produtiva e hoje sacrificada em quase todos os seus aspectos que outras em fase de engatinhamento no seu desenvolvimento.

EMENDA N.º 19

2507.08431962.382 - Execução, Supervisão e Controle ao Ensino Técnico-Agrícola
Colégio Agrícola de Campo Mourão

Redução:

2501.08070202.351 - Manutenção do Gabinete do Secretário Cr\$ 10.000.000,00
Sala das Comissões, em 20 de outubro de 1981.
a) DARCY DEITOS
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Agrícola de Campo Mourão, representa a esperança de muitos jovens que oriundos da agricultura tentam aprimorar os seus conhecimentos na área, mas o referido colégio passa por fase difícil, como passa toda a educação brasileira, daí propormos essa emenda com a redução da verba especificada notando sempre os dados relativos ao crescimento nos três últimos anos:

1980	Cr\$ 14.505.000,00
1981	Cr\$ 24.885.000,00
1982	Cr\$ 127.480.000,00

Sendo que no global do Gabinete o acréscimo foi de 1981 Cr\$ 45.778.000,00 para 1982 Cr\$ 213.988.000,00.

EMENDA N.º 20

9300.16885341.911 - Rodovias Alimentadoras - FASE II BID II - Estrada Campo Mourão-Cruzeiro do Oeste - Asfaltamento.
Cr\$ 50.000.000,00

Redução:

0904.03070232.054 - COMUNICAÇÃO SOCIAL Cr\$ 50.000.000,00
Sala das Comissões, em 20 de outubro de 1981.
a) DARCY DEITOS
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

Toda a região reivindica o asfaltamento da estrada citada, pois essa é de fundamental importância para o escoamento da produção de importante região, bem como para o vizinho Estado de Mato Grosso do Sul.

Sabedores do crescimento da verba de comunicação Social que foi em 1980 Cr\$ 92.885.000,00
1981 Cr\$ 170.170.000,00
1982 Cr\$ 671.840.000,00
Vimos solicitar que a mesma seja reduzida para atender de fato uma obra que é de fundamental importância.

EMENDA Nº 21

3900.11623461.997 - Orientação e Apoio a Criação de Distritos Industriais. Auxílio ao Parque Industrial de Campo Mourão.
Cr\$ 100.000.000,00

Redução:

0904.03070232.054 - Comunicação Social Cr\$ 100.000.000,00
Sala das Comissões, em 20 de outubro de 1981.
a) DARCY DEITOS
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

A evasão do homem do campo em todo o norte do Estado do Paraná, tem que ser fator preocupante a todo o homem público de bom senso, e infelizmente a região de Campo Mourão, é uma das que mais sofreu com o problema, daí a necessidade de se implantar com a urgência necessária um parque industrial, voltado para os interesses regionais, atendendo não só a economia hoje defasada, mas também ao homem que deixará de se evadir, ficando o mesmo em seu "habitat" natu-

ral, através de emprego que garanta a sua subsistência. Daí portanto a nossa preocupação para que o Estado auxilie definitivamente a instalação do Distrito Industrial de Campo Mourão e assegure dessa forma o futuro dos que lá residem. Note-se que a redução se deu na verba de comunicação social dado seu crescimento durante o corrente exercício de 1982, que para esclarecimento colocamos a seguir:

1980	Cr\$ 92.885.000,00
1981	Cr\$ 170.170.000,00
1982	Cr\$ 671.840.000,00

Como o homem sempre foi a meta principal dos governos conscientes de suas responsabilidades, solicitamos o acatamento desta emenda, que vem a "priori" atender ao mesmo homem e às suas necessidades imediatas.

EMENDA Nº 22

2510.08440312.393 - Apoio Financeiro a Instituições de Ensino Superior.
Auxílio à FUNDESCAM.
Cr\$ 10.000.000,00

Redução:

2501.08070202.351 - Manutenção do Gabinete do Secretário.
Cr\$ 10.000.000,00

Sala das Comissões, em 20 de outubro de 1981.

DARCY DEITOS

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

A FUNDESCAM é entidade de ensino superior localizada na sede do Município de Campo Mourão, que por sua vez é sede da micro região da CONCAM, uma das mais importantes do Estado do Paraná, atendendo atualmente a centenas de jovens não só da região do Estado, mas de outros Estados de nossa Federação. Necessita atualmente de recursos para melhorar não só suas instalações, mas também prover a fundação de recursos materiais, que melhore a qualidade do ensino ali ministrado, voltado principalmente para o meio em que ela atua. Reduzimos a verba de manutenção do Gabinete do Secretário da Educação, por entender que o crescimento foi além da inflação, se não vejamos:

1980	Cr\$ 14.505.000,00
1981	Cr\$ 24.885.000,00
1982	Cr\$ 127.480.000,00

na atividade especificada.

EMENDA Nº 23

9300.16885312.893 - RESTAURAÇÃO DE ESTRADAS -
PRT Campina da Lagoa a BR- 369-
Cascavel - Campo Mourão.
Cr\$ 3.000.000,00

Redução:

0904.03070232.054 - Comunicação Social.
Cr\$ 3.000.000,00

Sala das Comissões, em 20 de outubro de 1981.

(a) DARCY DEITOS

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

A rodovia em tela se encontra praticamente intransitável, haja visto que seu asfalto não oferece mais segurança aos que nela transitam, pois imensas crateras estão abertas em pleno leito e sua sinalização já não mais existe. Urge, portanto, para que se evite acidentes fatais, a sua imediata restauração.

Outrossim, a redução que propomos é devido que a verba em referência teve um crescimento além dos máximos de outras verbas orçamentárias e seu nível de crescimento foi assustador,

se não vejamos:

1980	Cr\$ 92.885.000,00
1981	Cr\$ 170.170.000,00
1982	Cr\$ 671.840.000,00

EMENDA Nº 24

6000.08482472.845 - DIFUSÃO CULTURAL
Auxílio à Casa da Cultura Tomaz
Edson Vieira - Campo Mourão.
Cr\$ 10.000.000,00

Redução:

2302.08482472.814 - Programação a cargo da Fundação
Teatro Guaíra.
Cr\$ 10.000.000,00

Sala das Comissões, em 22 de outubro de 1981.

(a) DARCY DEITOS

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

Campo Mourão, sede da micro região da CONCAM, tem hoje a sua Casa da Cultura, mas como todos nós temos conhecimento, necessita a mesma, para funcionar normalmente, de ajuda substancial do Poder Público, e essa é precisamente a hora de ajudarmos, daí a nossa iniciativa apresentando a presente emenda, para que aquela Casa possa realmente cumprir as finalidades a que se propõe.

Reduzimos a Verba de Programação a Cargo do Teatro Guaíra, porque entendemos que o interior tem que ser assistido pelo mais puro que lá existe, sua cultura, seu teatro, suas bibliotecas e tudo mais, que venha colaborar com a cultura do povo interiorano, e mais, que o aumento durante os três exercícios na verba reduzida foi além da inflação verificada, senão vejamos:

1980	Cr\$ 25.000.000,00
1981	Cr\$ 45.000.000,00
1982	Cr\$ 277.600.000,00

EMENDA Nº 25

6300.08070212.435 - Coordenação dos Serviços Administrativos da FUNDEPAR. Construção da Escola e Centro Social Urbano para o Conjunto Habitacional Milton Luiz Pereira - 1ª etapa - Campo Mourão
Cr\$ 10.000.000,00

Redução:

2302.08482472.814 - Programação a Cargo da Fundação
Teatro Guaíra.
Cr\$ 10.000.000,00

Sala das Comissões, em 20 de outubro de 1981.

(a) DARCY DEITOS

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

O conjunto habitacional Milton Luiz Pereira, no Município de Campo Mourão, tem 453 casas, o que significa aproximadamente 2.000 habitantes. Da área destinada à COHAPAR, ficou à disposição da FUNDEPAR 12.800m² de área, esta destinada à construção de Escola e Centro Social Urbano. Daí a nossa preocupação para que a FUNDEPAR reúna recursos suficientes para dotar o referido conjunto deste benefício.

Reduzimos a verba da Fundação Teatro Guaíra por entender que a mesma cresceu em relação aos anos de 1980, 1981 e 1982, assustadoramente, e importante se faz atender a cultura da Capital, mas principalmente interessa o atendimento da população carente do interior.

EMENDA Nº 26**DOTAR**

2500.08421882.377 - Execução, supervisão e controle do Ensino de 1.º Grau.
Cr\$ 453.000.000,00

Reduzir

3100.02070202.631 - Manut. do Gabinete do Secretário SEJU Cr\$ 10.000.000,00
3100.02070202.633 - Manut. da Diretoria Geral - SEJU
Cr\$ 8.000.000,00
1700.03070202.151 - Manut. Gabinete do Secretário - SEFI
Cr\$ 28.000.000,00
2100.03070202.281 - Manut. Gabinete Secretário - SEAD
Cr\$ 26.000.000,00
3300.04070202.681 - Manut. Gabinete Secretário - SEAG
Cr\$ 15.000.000,00
2900.06070202.581 - Manut. Gabinete Secretário - SESP
Cr\$ 12.000.000,00
2500.08070202.351 - Manut. Gabinete Secretário - SEED
Cr\$ 37.000.000,00
2500.08070202.366 - Manut. Diretoria Geral - SEED
Cr\$ 50.000.000,00
2500.08070202.479 - Manut. da Coordenação de Núcleos Regionais - SEED
Cr\$ 37.000.000,00
2300.08070202.813 - Manut. Gabinete Secretário - SECE
Cr\$ 10.000.000,00
2300.08070202.817 - Manut. Diretoria Geral - SECE
Cr\$ 13.000.000,00
3900.11070202.931 - Manut. Gabinete Secretário - SEIC
Cr\$ 20.000.000,00
3900.11070202.942 - Manut. Diretoria Geral - SEIC
Cr\$ 7.000.000,00
2700.13070202.501 - Manut. Gabinete Secretário - SESB
Cr\$ 20.000.000,00
2700.13070202.511 - Manut. Diretoria Geral - SESB
Cr\$ 12.000.000,00
3500.13070202.781 - Manut. Gabinete Secretário - SEIN
Cr\$ 8.000.000,00
3500.13070202.793 - Manut. Diretoria Geral - SEIN
Cr\$ 2.000.000,00
3700.16070202.848 - Manut. Gabinete Secretário - SETR
Cr\$ 20.000.000,00
3700.16070202.866 - Manut. Diretoria Geral - SETR
Cr\$ 50.000.000,00
1500.03070202.101 - Manut. Gabinete Secretário - SEPL
Cr\$ 20.000.000,00
1900.03070202.231 - Manut. Gabinete Secretário - SERH
Cr\$ 8.000.000,00
1900.03070202.237 - Manut. Diretoria Geral - SERH
Cr\$ 10.000.000,00
0902.03070202.055 - Manut. de Unidades Programáticas
Cr\$ 15.000.000,00
0901.03070202.051 - Manut. Gabinete Secretário - CC
Cr\$ 5.000.000,00
0901.03070202.052 - Manut. Diretoria Geral - CC
Cr\$ 10.000.000,00
TOTAL Cr\$ 453.000.000,00

Sala das Comissões, em 22 de outubro de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH
Deputado Estadual
Liderança PMDB

JUSTIFICATIVA:

A recente crise do ensino paranaense e em especial do primeiro grau, justifica plenamente a presente emenda em que reduz os custos com a alta administração estadual que foram

na proposta orçamentária aquinhoadas com um percentual superior ao índice inflacionário.

EMENDA Nº 27**Dotar:**

3400.04130671.733 - FUNDO DE DESAPROPRIAÇÃO E COLONIZAÇÃO.
Cr\$ 330.000.000,00

Reduzir:

0900.03070232.054 - COMUNICAÇÃO SOCIAL.
Cr\$ 330.000.000,00

Sala das Comissões, em 22 de outubro de 1981

(a) NELTON FRIEDRICH
Deputado Estadual
Liderança PMDB

JUSTIFICATIVA:

Todos têm sentido o esvaziamento do Estado do Paraná, seja pela falta de industrialização ou seja principalmente pela construção de inúmeras hidrelétricas entre as quais ITAIPU, as quais tem diminuído consideravelmente nossa área territorial de terras agricultáveis e tem levado centenas de milhares de irmãos nossos, paranaenses, migrarem para outros Estados em busca do seu eldorado. Homens que possuíam o seu pequeno pedaço de terra, viram ou verão a serem cobertas pelas águas e que não tiveram a devida atenção do Governo Estadual para resolver o seu problema de reassentamento no Paraná. Com a redução da dotação orçamentária de Comunicação Social, que nosso entendimento sofreu um acréscimo brutal de 1981 para 1982 muito além dos índices inflacionários, viria dar condições para a solução de tão grave problema dos remanescentes desapropriados de Itaipu e dos futuros de Ilha Grande.

EMENDA Nº 28**Dotar:**

2500.08431962.382 - Execução, supervisão e controle do Ensino Técnico Agrícola
Cr\$ 110.000.000,00

Reduzir:

6200.08482472.847 - Coordenação, Promoção e Execução de espetáculos artísticos culturais
Cr\$ 83.000.000,00

2308.08482472.855 - Divulgação Cultural
Cr\$ 27.000.000,00

TOTAL Cr\$ 110.000.000,00

Sala das Comissões, em 22 de outubro de 1981

(a) NELTON FRIEDRICH
Deputado Estadual
Liderança do PMDB

JUSTIFICATIVA:

Somos um Estado eminentemente agrícola e isto tem sido demonstrado amplamente pelos índices oficiais de mais de 27% de toda a produção de grãos do País. Temos sentido a necessidade do Paraná ampliar e avançar no Ensino Técnico Agrícola, para prepararmos os nossos jovens no apuro de tecnologia para que ampliemos a participação de produção de âmbito nacional, e retirar da dotação de espetáculos artísticos culturais e Divulgação Cultural para essa finalidade, é de mais alta importância.

EMENDA Nº 29**Dotar:**

7800.13754281.551 - Construção de Mini-Hospitais.
Cr\$ 28.000.000,00

Reduzir:

4000.11653641.966 - Criação e desenvolvimento de meios turísticos..... Cr\$ 20.000.000,00

4000.11653641.962 - Implantação do Plano Diretor de Vila Velha Cr\$ 8.000.000,00

TOTAL: Cr\$ 28.000.000,00

Sala das Comissões, em 22 de outubro de 1981

(a) NELTON FRIEDRICH

Deputado Estadual

Liderança PMDB

JUSTIFICATIVA:

A necessidade premente de dar atendimento a carentes, principalmente no interior do Estado, é uma tarefa e um dever do Poder constituído. No tocante ao atendimento médico-hospitalar é visível a necessidade de se atender a grande massa de doentes, e o deslocamento de verba de desenvolvimento turístico para a construção de mini-hospitais, cremos que é da mais alta significação e propósito de qualquer governo que se diz imbuído da responsabilidade de atender o povo de seu Estado.

EMENDA Nº 30

2507.08431962.382 - Secretaria de Estado da Educação
Departamento de Ensino de 2º Grau
Execução, Supervisão e Controle ao
Ensino Técnico-Agrícola - Colégio técnico-agrícola Manoel M. Pena - Foz do Iguaçu.

Redução:

0904.03070232.054 - Comunicação Social
Cr\$ 8.000.000,00

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1981

(a) NELTON FRIEDRICH

Deputado Estadual

Liderança PMDB

JUSTIFICATIVA:

O referido colégio vive angustiante dificuldade de manutenção, instalação e ampliação. Acresce-se que, de um lado, falar em atenção à agropecuária sem instrumentar adequadamente estabelecimentos especializados é farisaico; de outro, a área de Foz do Iguaçu, com todas as maselas que já existem e se ampliarão sobremaneira após Itaipu, necessita de melhor atenção, ao menos fazendo do colégio agrícola um verdadeiro centro de formação agrícola, merecendo, assim, uma dotação especial e diferenciada entre as demais escolas congêneres do Estado.

EMENDA Nº 31

2507.08431991.384 - Secretaria de Estado da Educação
Departamento de Ensino de 2º Grau
CRIAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS
DE ENSINO DE SEGUNDO GRAU
Criação de Escola Agrícola em Toledo
Cr\$ 18.000.000,00

Redução:

0904.03070232.054 - Comunicação Social
Cr\$ 18.000.000,00

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH

Deputado Estadual

Liderança PMDB

JUSTIFICATIVA:

Falar da pujança do Oeste no campo agropecuário é desnecessário. Todavia, uma velha aspiração da comunidade toledana e oestina é a criação e instalação de uma escola técnico-agrícola naquele município ou outro da região. Solicitações já foram encaminhadas. Requerimento, neste sentido, a As-

sembléia Legislativa aprovou. A resposta das autoridades do setor foi no sentido de que inexistem recursos. Ora, nada mais tempestivo, prioritário e justo do que transferir verbas disponíveis na dotação para comunicação social e jogar parte das mesmas numa instituição técnico-agrícola, formadora de profissionais que irão aprimorar a atividade rural, possibilitando, em última instância, mais produção do escasso alimento.

EMENDA Nº 32

3900.11623462.981 - Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte - Fundação Teatro Guaíra (6200.0848272.847) - PROMOVER AMPLA CAMPANHA DE TEATRO POPULAR Cr\$ 6.771.000,00

Redução:

0904.03070232.054 - Comunicação Social
Cr\$ 6.771.000,00

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1981

(a) NELTON FRIEDRICH

Deputado Estadual

Liderança PMDB

JUSTIFICATIVA:

Havendo valores astronômicos para a comunicação social, porque não aplicar 1% da dotação global desta verba à criação de uma ampla campanha de TEATRO POPULAR, fazendo com que a força comunicativa, formativa, crítica e cultural do mesmo, possa democraticamente chegar às periferias e assim fazer com que paranaenses que jamais entrarão no luxuoso Teatro Guaíra possam conhecer e admirar espetáculos artístico-culturais.

EMENDA Nº 33

2302.08482472.816 - Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte - ATIVIDADE A CARGO DA BIBLIOTECA PÚBLICA - Ampliar e modernizar o acervo bibliográfico.
Cr\$ 27.000.000,00

Redução:

2302.08482472.814 - Programação a cargo da Fundação Teatro Guaíra ... Cr\$ 27.000.000,00

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH

Deputado Estadual

Liderança PMDB

JUSTIFICATIVA:

Recentemente a imprensa divulgou a grave situação em que se encontra a Biblioteca Pública, histórico local de pesquisas e estudos de Curitiba. Deficiências materiais, físicas e, em especial, desatualização do acervo bibliográfico estão a exigir providências especiais e com valores respeitáveis.

EMENDA Nº 34

3900.11623462.981 - Secretaria de Estado da Indústria e Comércio - Formulação de políticas e Programas de Ação para o Desenvolvimento do setor industrial - PRODESIN - Programa de Desenvolvimento Integrado do Oeste do Paraná.
Cr\$ 30.000.000,00

Redução:

0904.03070232.054 - Comunicação Social
Cr\$ 30.000.000,00

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH

Deputado Estadual

Liderança PMDB

JUSTIFICATIVA:

As associações de todo o oeste do Paraná, tendo como principal estimuladora a Associação Comercial e Industrial de Toledo - ACIT, repetidas vezes têm solicitado ao Governo a criação do PRODESIN - Programa de Desenvolvimento Integrado do Oeste do Paraná, buscando prioritariamente incentivar as pequenas e médias empresas, do setor terciário, atendendo a vocação regional e retendo na área geo-econômica em referência, parte do capital gerado. Tal projeto tem a grande função, também, de gerar empregos e fixar o paranaense no seu universo regional, evitando o agravamento do triste quadro de esvaziamento que enfrenta nosso Estado.

Por justiça ao Oeste e face a função social da iniciativa, o Governo não pode escapular à sua responsabilidade ante a aspiração de mais de 20 municípios.

EMENDA Nº 35

3400.04130671.733 - Secretaria de Estado da Agricultura Entidades Vinculadas - Fundo de desapropriação e colonização - Formação de Bolsa Agrária para indenizados de Ilha Grande.

Cr\$ 21.000.000,00

0904.03070232.054 - Comunicação Social

Cr\$ 21.000.000,00

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1981.

(aa) NELTON FRIEDRICH

FIDELCINO TOLENTINO

GERNOTE KIRINUS

RENATO BUENO

DARCY DEITOS e

ANTÔNIO ROMERO.

ROMERO.

JUSTIFICATIVA:

Necessitamos prevenir, para evitar o desastre que ocorreu com os indenizados de Itaipu, quando o Governo do Estado só agiu sob pressão dos fatos e mediante mobilização geral daqueles homens do campo.

EMENDA Nº 36

9300.16885341.911 - RODOVIAS ALIMENTADORAS / FASE II-BID-II - Estrada Toledo-São Pedro-Vera Cruz do Oeste-Medianeira-Missal-Santa Helena-Matelândia-Diamante do Oeste-Santa Helena-Toledo-Dois Irmãos-Novo Sarandi-São Miguel do Iguaçu-Santa Helena-Marechal Cândido Rondon-Terra Roxa.

Cr\$ 90.000.000,00

Redução:

0904.03070232.054 - Comunicação Social

Cr\$ 90.000.000,00

Sala das Comissões, em 22 de outubro de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH

Deputado Estadual

Liderança PMDB

JUSTIFICATIVA - oral.

EMENDA Nº 37

2912.06301782.608 - Serviços de bombeiros no interior do Estado - Criação do Corpo de Bombeiros em Toledo

Cr\$ 45.000.000,00

Redução:

0904.03070232.054 - Comunicação Social

Cr\$ 45.000.000,00

Sala das Comissões, em 22 de outubro de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH

Deputado Estadual

Liderança PMDB

JUSTIFICATIVA:

Toledo não tem Corpo de Bombeiros. Dispensa-se outras justificativas.

EMENDA Nº 38

2510.08440312.393 - Secretaria de Estado da Educação Departamento de Assuntos Universitários - APOIO FINANCEIRO A INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR Faculdade Arnaldo Busato - Toledo-Pr.

Cr\$ 5.000.000,00

Redução:

0904.03070232.054 - Comunicação Social

Cr\$ 5.000.000,00

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH

Deputado Estadual

Liderança PMDB

JUSTIFICATIVA:

Este valor, embora insignificante ante a extraordinária dotação para gastos com comunicação social, significaria um reforço decisivo para a Fundação Educacional Arnaldo Busato, de Toledo, presentemente sofrendo grandes dificuldades para sobreviver, mesmo ante os elevados preços das mensalidades cobradas.

Aliás, o município toledano, pródigo em arrecadar, tem sido aviltado em retornos. Eis uma oportunidade, ainda que ínfima, de dotar o ensino superior daquele município com as mínimas condições de funcionalidade, podendo reduzir as pesadas mensalidades, geradoras, hoje, de inúmeras desistências.